

REVISTA **Águas** do Rio Doce

Fortalecendo a gestão das águas pelo desenvolvimento sustentável

Ano I -- Nº 03 -- Fev/Mar/Abr/2006 -- Circulação Dirigida



Biodiversidade

O que resta no presente. Como será no futuro.

Usina Hidrelétrica de Aimorés

Prós e contras

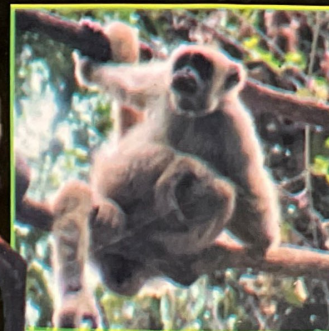
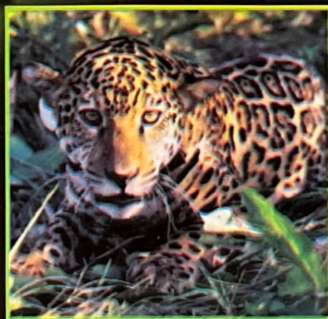
Entrevistas

José Machado, presidente da ANA
João Bosco Senra, secretário de
Recursos Hídricos / MMA

Caderno Especial

Saiba tudo sobre o maior evento da bacia

II Fórum das Águas do Rio Doce
Colatina, 29 a 31 de março/2006



direta



Venha para o maior evento ambiental de 2006.

Estamos de braços abertos para receber você.

foto | Tales Thebaldi

Colatina vai sediar, de 29 a 31 de março, o 2º Fórum das Águas do Rio Doce, evento interestadual que reunirá autoridades, especialistas, estudantes e ambientalistas dedicados ao tema. Venha fazer parte desse grande momento inscrevendo-se para as oficinas, seminários, painéis e debates. Juntos, vamos descobrir os caminhos para o desenvolvimento sustentável e a preservação de nosso maior patrimônio natural: o Rio Doce. Participe! Colatina espera você de braços abertos.

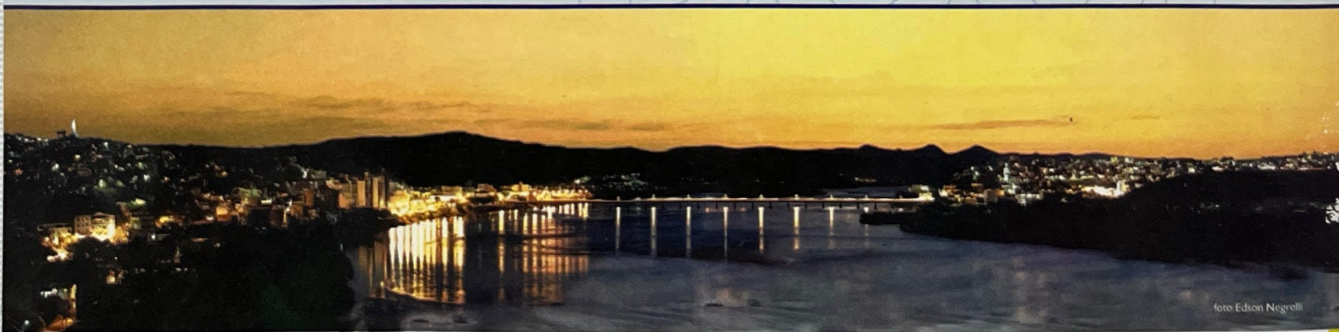


foto Edison Negrelli

Informações | (27) 3722-4300

www.aguasdoriadoce.com.br

SANEAR
Serviço Colatinense de Meio Ambiente e
Saneamento Ambiental

Colatina
PREFEITURA MUNICIPAL
Desenvolvimento para todos.

Cidades da Bacia



Fotos / Adriano Vieira

IPATINGA

Verde vale

Localizada no médio rio Doce, a 217km da capital mineira, Ipatinga é a principal cidade do chamado Vale do Aço, aglomerado urbano localizado no médio rio Doce. Com mais de 220 mil habitantes, o município possui uma renda per capita anual em torno de 13 mil reais, baseada numa economia ligada ao importante parque siderúrgico liderado pela empresa Usiminas.

Existem duas versões para a origem do nome Ipatinga.. Uma é que seria a junção dos termos “ipa”, da palavra Ipanema e “tinga” de Caratinga, cidades vizinhas. A outra diz ser uma expressão em tupi, que significa “Pouso de Água Limpa”.

Ipatinga conta com 127m² de área verde por habitante e destaca-se por ser pioneira no sistema de tratamento de esgoto, com capacidade de tratar 100% do esgoto urbano coletado.

Premiado pela preocupação com o meio ambiente, o município possui 80 praças e parques. O principal espaço verde é o Parque Ipanema, com 1 milhão e 109 mil metros quadrados, uma das áreas de lazer mais freqüentadas pela população. O complexo inclui o Estádio Municipal Epaminondas Mendes Brito (o Ipatingão), o Centro Desportivo e Cultural 7 de Outubro, o Kartódromo Emerson Fitipaldi, o Horto Municipal e o Parque da Ciência.



CIÊNCIA E DIVERSÃO

O Parque Ipanema é sede do “Parque da Ciência”, um espaço não-formal de educação para divulgação científica, onde brincadeiras ajudam a difundir conceitos das ciências naturais e popularizar o saber científico. Para isso, tem como atrações, montagens que apresentam princípios ou fenômenos físicos, biológicos, químicos ou astronômicos, podendo ser observadas e/ou manipuladas pelo visitante.

Um dos principais atrativos do Parque Ipanema é o lago com uma superfície de quase um hectare e uma ilha cujo acesso se dá por duas passarelas de madeira. Circundado por gramados, é usado pela população para caminhadas relaxantes ao redor ou simplesmente como área contemplativa. Várias espécies de peixes, como traíra, tilápia, tambaqui e tambacu, podem ser observadas pelas pessoas que freqüentam o Parque Ipanema.

Durante as comemorações do aniversário da cidade, em abril, é realizado o “Pescando no Parque”, oportunidade em que a pesca é liberada ao público. Em 2005, o evento reuniu mais de 2800 pessoas que passaram mais de cinco horas tentando físgar o maior peixe e receber os prêmios. Quem acabou ganhando foi o morador Charles Jorge Teixeira, que físgou um peixão de 3,9 kg.



Parque Ipanema



Um verdadeiro paraíso criado por Deus

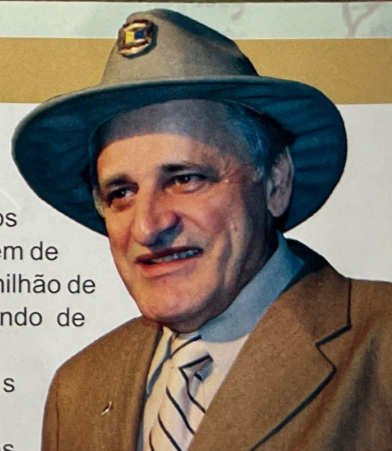
“Estamos em uma região privilegiada, temos aqui o Parque Estadual do Rio Doce, com uma reserva de lagos dos mais ricos da América Latina. Um verdadeiro paraíso criado por Deus e que nos coloca na posição de poder contar com esta dádiva da natureza. Admirar os verdes das matas e a beleza das águas do Doce que circundam o parque é algo maravilhoso.

Mas a cidade de Ipatinga, especificamente, nos presenteia com inúmeras áreas verdes deslumbrantes e de fácil acesso tornando o turismo, inclusive o rural, em nossa cidade, programa obrigatório para os visitantes.

É motivo de orgulho assegurar que a nossa cidade apresenta a marca de 127 metros quadrados de área verde por habitante, o que a coloca em destaque entre as cidades mais arborizadas do País.

O Parque Ipanema, principal área de espaço verde, dá oportunidade aos ipatinguenses de usufruírem de uma área com mais de 1 milhão de metros quadrados, dispendo de infra-estrutura comparada aos grandes parques municipais nacionais.

Banhada por nossos rios, rodeada por nossas matas, Ipatinga se coloca receptiva a todos os visitantes. E nós da administração municipal esperamos por você de braços abertos, para conhecer esta rica cidade da região do Vale do Aço, rica em área verde, rica em turismo, rica em Aço e rica em Alma.”



Sebastião de Barros Quintão
Prefeito de Ipatinga



Matéria de Capa

Unidades de Conservação, animais e plantas ameaçados de extinção, projetos e investimentos. Do cerrado à mata atlântica, um panorama da biodiversidade na bacia 12

Usina hidrelétrica de Aimorés

mudanças no perfil de uma região 34

Cidades da Bacia

Ipatinga, Verde Vale 03

Santa Teresa, Doce Terra dos Colibris 57

Entrevistas

José Machado, presidente da Agência Nacional de Águas 07

João Bosco Senra, secretário de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente 23

Bons Exemplos

Viagem de Trem 29

Lagoa Teobaldo 30

Um sonho de Natal 31

Plano da Bacia do Doce 32

Eu sou do Doce

Ziraldo: perfil do artista 28

Artigos

Paula Castro e Michele Deshoun 15

Cláudio Guerra 18

Joca 20

Marco Antônio Fernandez 33

Pedro Chagas 39

Ney Murtha 42

Patrícia Bosen 45

Antônio Sérgio 54

Diane Rangel - Encarte

Giro pela Bacia:

Atuação dos Conselhos e Consórcios 40

E ainda:

Parcerias e Investimentos

Zé Dendágua

Espaço das Águas

Em Foco

Expediente

REVISTA
Águas
do Rio Doce
Fortalecendo a gestão das águas pelo desenvolvimento sustentável

Edição: Zaira Andrade MTb 3169/MG

Redação: Carlos A. Fontaina - Mtb/MG 417

Fabiane Arêdes - MG10280JP

Revisão: Carlos Alberto Fontaina,
José Carlos Cerqueira

Diagramação: Juceli Neves de Paula
jucelineves@yahoo.com.br

Ilustração: Markinho

Fotografia: Fabiane Arêdes, Márcia Lima, Marcelo Sputnikick, Maria Esther Arruda Kill, Pedro Fabiano, Alex Cavati. Assessorias de Comunicação: Prefeitura de Colatina, Prefeitura de Santa Teresa, Prefeitura de Ipatinga, Cenibra, Iema, Igam, IEF, Ibama, ANA, Funasa.

Colaboração: Djeisan Lettieri, Evie Negro, Andréia Alegro, Márcia Lima, Nicholas Dias Anacleto, Higor Rodrigues, Paulo Dutra, Evelyne Calafange, Gicélia Souza, Maria Ivone Hespanha Ribeiro, Zélia de Andrade Paiva, Carlos Hugo, Priscilla Fabiana, Valdir Martins dos Santos

Impressão: Gráfica Brasil-Líder
Rua Raul Soares, 255 Centro
Caratinga MG

Tel.: (33) 3321-2424

gbrasillider@prodatanet.com.br

Tiragem: 7.000 exemplares

Fale Conosco:

redacao@aguasdoriadoce.com.br

Caixa Postal 13 - Dom Cavati MG

CEP: 35148-000

Tel.: (33) 3357-1399 - Fax: (33) 3357-1473

Departamento Financeiro:

Maria de Fátima Queiroz Martins
queirozmartins@superig.com.br

Departamento Comercial: Pedro Paulo de Oliveira Martins - (33) 3357-1399

Escritório no ES: Avenida Nossa Senhora da Penha, 1495 Torre B, Sala 606, Edifício Corporate Center Santa Lúcia Vitória / ES

Tel.: (27) 3235-7914

Maria Esther Arruda Kill, arrudakill@yahoo.com.br

Uma publicação do:

PROJETO
Águas do Rio Doce

www.aguasdoriadoce.com.br

Realização: Beira do Rio Produções /
Realiza Consultoria e Projetos

Coordenação: Edmilson Costa Teixeira -
Pedro Paulo de Oliveira Martins
Zaira de Andrade Paiva

Empresas Consorciadas

MS Eventos - W. Comunicação

Dimensão Montagens - RV Eventos

Carta ao leitor

Quando passamos os olhos pelos objetivos do Projeto Águas do Rio Doce (www.aguasdoriodoce.com.br) somos de imediato dirigidos ao grande desafio a ele imposto: contribuir para o desenvolvimento sustentável da bacia hidrográfica de nosso querido Doce. Daí, freqüentemente, nos perguntamos: a que estamos nos referindo com esse tão falado “desenvolvimento sustentável”?

Confessamos que ainda estamos por melhor formular a resposta, mas temos a certeza de que a sua contribuição a esse assunto, caro leitor, será muito valiosa (escreva para nós: redacao@aguasdoriodoce.com.br).

Inquietos, questionamos sobre o estado atual de desenvolvimento da bacia do Doce, as perspectivas de desenvolvimento para as próximas décadas e para um futuro mais distante. Tentamos imaginar como o novo modelo brasileiro de gestão de recursos hídricos pode contribuir para que, segundo a obra de Jered Diamond (Colapso - Como as Sociedades Escolheram o Fracasso ou o Sucesso. Record. 2005), possamos nos sentir orgulhosos de estarmos entre as sociedades que **escolheram** o sucesso, ao invés do fracasso, em termos de padrão de qualidade de vida. Ficamos do lado dos que torcem para que não apenas as futuras gerações desfrutem desse desejável bem-estar, mas que nós ainda possamos sentir um pouco desse gostinho **DOCE!**

Jered Diamond divide em oito categorias os processos através dos quais as sociedades do passado prejudicaram a si mesmas degradando o meio ambiente: desmatamento e destruição do habitat, problemas com o solo (erosão, salinização e perda de fertilidade), problemas com o controle da água, sobrecaça, sobrepesca, efeitos de introdução de outras espécies sobre as espécies nativas e aumento *per capita* do impacto do crescimento demográfico. Será que reconhecemos entre essas categorias alguma que nos deixe apreensivos em relação à nossa bacia? Ou várias? Ou todas?

Entre os fatores que o autor considera na avaliação de supostos colapsos, o item “as respostas da sociedade aos seus problemas ambientais” é o único que sempre se mostrou significativo; entre os demais fatores incluem-se o dano ambiental e a mudança climática, que em alguns casos, se mostraram significativos e em outros, não.

No presente número da REVISTA ÁGUAS DO RIO DOCE, edição nº 3, destacamos a biodiversidade da bacia do Doce, cuja preservação/recuperação é essencial para que sejamos bem sucedidos. Enfim, a escolha por um bom padrão de qualidade de vida na bacia hidrográfica do rio Doce é nossa.

Participe do Projeto Águas do Rio Doce para juntos ampliarmos o número daqueles que se sentem bem em dizer: Eu sou do Doce!!!

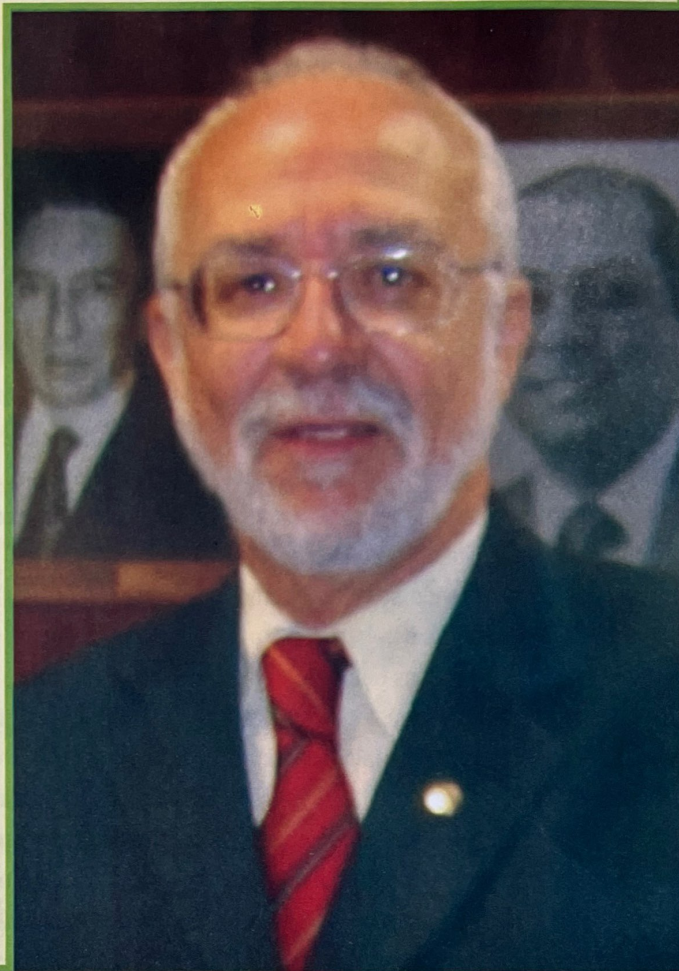
Zaira de Andrade Paiva
Pedro Paulo de Oliveira Martins
Edmilson Costa Teixeira

Esforço de integração

José Machado, diretor-presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), é paulista, bacharel em Ciências Econômicas e professor licenciado de Economia na Universidade Metodista de Piracicaba, SP. Foi deputado estadual (SP), federal e prefeito de Piracicaba, quando atuou como articulador, fundador e primeiro presidente do Consórcio Intermunicipal das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba e Capivari. Entre 2001 e 2004, foi membro titular dos CBHs dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (estadual e federal), uma das experiências que o credenciou a ser convidado para a diretoria da Agência Nacional de Águas.

No ano passado, pouco depois de assumir a presidência da ANA, conheceu a bacia do rio Doce, participando da assembléia geral que elegeu a diretoria do CBH-Doce durante o I Fórum das Águas do Rio Doce, em Governador Valadares.

Nesta entrevista, anuncia o cadastramento de usuários do Doce possivelmente ainda para 2006, ressalta a importância do Convênio de Integração e defende a aprovação de um plano único para a bacia.



O ritmo de implementação dos instrumentos de gestão previstos na Lei 9.433 está satisfatório?

O ritmo de implementação dos instrumentos de gestão previstos na Lei 9.433 ainda não atende a todas as expectativas geradas quando da promulgação dessa Lei. Para tanto, é fundamental que as Unidades da Federação estejam mais estruturadas para o gerenciamento dos recursos hídricos. Outra dificuldade enfrentada para o avanço do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SINGREH - é o contingenciamento de recursos do orçamento, que inibe a abertura de novas

frentes de atuação. Por fim, o sistema é dependente da integração entre os estados, a União e os demais atores envolvidos, o que resulta na necessidade de desenvolvimento de ferramentas de integração, tais como os Convênios de Integração e Pactos de Gestão Integrada de Recursos Hídricos.

E, nesse contexto, qual tem sido o papel e o desempenho da ANA?

O papel da ANA é implementar o SINGREH e regular o uso da água em quantidade e qualidade. Para tanto, tem-se focado em bacias estratégicas nacionais, sem, no entanto, desconsiderar o conjunto do país. Neste sentido, são identificados dois exemplos de sucesso em relação ao desempenho da ANA: a bacia do rio Paraíba do Sul e a bacia dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, nas quais os instrumentos de gestão previstos na Lei das Águas foram

“ O papel da ANA é implementar o sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e regular o uso da água em quantidade e qualidade ”

implementados, incluindo a instituição da cobrança e criação das agências de bacia. Por fim, para que haja um melhor desempenho da ANA deve ser definido um 'mapa de gestão', acordado entre a União e estados, de forma a direcionar as prioridades de ação em cada bacia hidrográfica do país. AANA deve apresentar em breve uma proposta deste mapa para discussão.

Qual a importância do Plano Nacional de Recursos Hídricos para a implementação desses instrumentos, em especial da cobrança pelo uso da água no país?

O Plano Nacional de Recursos Hídricos visa estabelecer um pacto nacional para a definição de diretrizes e políticas públicas, voltadas para a melhoria da oferta de água, em qualidade e quantidade, gerenciando as demandas e considerando ser a água um elemento fundamental para a implementação das políticas setoriais, sob a ótica do desenvolvimento sustentável e da inclusão social. Portanto, trata-se de um instrumento que define diretrizes gerais para a gestão dos recursos hídricos, no âmbito nacional, contribuindo indiretamente para que haja uma expansão na implantação dos demais instrumentos previstos.

Como está, em sua opinião, a relação da ANA com o Conselho Nacional de Recursos Hídricos e com a Secretaria de Recursos Hídricos?

A relação é boa, e temos trabalhado



Foto: Célio Barbole

mutuamente para melhorá-la. A ANA está buscando fortalecer a relação com a secretaria de forma a harmonizar as ações e otimizar o alcance dos resultados na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos. O Conselho Nacional de Recursos Hídricos, neste contexto, conta com o apoio desta agência, de forma a potencializar a sua atuação.

E como se dá a relação com os sistemas estaduais de recursos hídricos, em especial com os órgãos gestores, conselhos e comitês de bacias de Minas Gerais e Espírito Santo?

A relação da ANA com os Sistemas Estaduais de Recursos Hídricos é focada principalmente no fortalecimento dos órgãos gestores estaduais de recursos hídricos e no estabelecimento de estratégias para a articulação das ações entre os diversos atores envolvidos. Neste

sentido, foi realizado um trabalho de planejamento estratégico para o Espírito Santo, por meio de uma parceria entre a ANA, a Secretaria de Assuntos do Meio Ambiente do Estado - SEAMA - e o Instituto Estadual de Meio Ambiente do Espírito Santo - IEMA. Este trabalho culminou com a realização de uma Oficina de Planejamento Estratégico que estabeleceu as prioridades do estado em termos de gestão de recursos hídricos. Em Minas Gerais, a ANA, o IGAM e os comitês de bacia estaduais estão realizando ações em parceria, e, dentre elas, digna de nota, está o Cadastramento de Usuários da Bacia do São Francisco, ora em andamento.

O que pode ser considerado hoje como o principal empenho da ANA, o carro-chefe em termos de programas e/ou projetos?

O principal empenho da ANA é o cumprimento de sua atribuição de implementar os instrumentos de gestão previstos na Lei 9.433/97. Para tanto, a ANA tem priorizado as ações em bacias estratégicas do país, envolvendo a instituição das agências de bacia e a implantação da cobrança, passando pelo cadastramento e outorga, dentre outros. Adicionalmente, encontra-se em fase de preparação o Programa Pró-Água II, cujo foco é o desenvolvimento institucional em

“ O Plano de Recursos Hídricos deve apontar diretrizes para a aplicação dos valores a serem arrecadados com a cobrança. A implantação da cobrança é posterior à sua aprovação. ”

todo o país. Mas podemos mencionar ações importantes ora em curso, como a implementação do Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos, CNARH, e do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos, SNIRH além do esforço para desenhar neste ano o Pro-Água Nacional.

Na revista Águas do Rio Doce, edição nº02, o senhor disse que “o Doce é a bola da vez na ANA”. Está sendo liberada a verba para a elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Doce (PRH-Doce) e para o Plano de Capacitação proposto pelo CBH-Doce. É a isso que o senhor se referiu como a “bola da vez”, ou existem mais investimentos previstos para 2006 na bacia?

Em função da aprovação, pelo CBH - Doce, do Plano de Capacitação e dos termos de referência para a elaboração do PRH-Doce, a ANA prevê atuar, durante o ano de 2006, na implementação dessas ações, em articulação com os estados, o CBH - Doce e os comitês afluentes. Além disso, a agência, dentro de suas limitações financeiras, está apoiando o desenvolvimento de outras atividades, tais como a manutenção do sistema de alerta da bacia e o Plano de Controle de Cheias da Bacia do Caratinga. Na seqüência, os resultados do PRH-Doce irão orientar as novas ações a serem priorizadas na bacia, nos próximos anos. Em paralelo, é possível a elaboração do cadastro dos usuários da bacia, sendo que o início desse processo depende de uma forte parceria entre a União, os órgãos gestores estaduais e os comitês de bacia.

Nos próximos meses a bacia do Doce estará envolvida na elaboração do PRH-Doce. Qual a expectativa da ANA com relação a este processo?

A expectativa da ANA com relação ao processo de elaboração do PRH-Doce é o

estabelecimento de um plano único para toda a bacia, acordado entre todos os atores envolvidos. Assim sendo, é fundamental a participação efetiva dos comitês afluentes na Câmara Técnica do Plano, responsável pela deliberação sobre o seu conteúdo. Adicionalmente, é importante a estruturação de um Convênio de Integração entre a União, os estados e os comitês de bacia, sendo acordada uma estratégia de ação única em toda a bacia. Por fim, a aprovação de um plano único para a bacia não impede que em um momento seguinte, os comitês afluentes possam detalhar aspectos específicos em seus respectivos planos.

Cobrança na bacia, só depois de aprovado o PRH-Doce?

De acordo com os princípios da Lei 9.433, a implantação da cobrança é posterior à aprovação do Plano de Recursos Hídricos, o qual deve apontar diretrizes para a aplicação dos valores a serem arrecadados com a cobrança. No entanto, o processo de aprovação do plano não impede que as articulações para a cobrança na bacia sejam iniciadas pelo CBH - Doce.

De uma maneira geral, todos reconhecem que a bacia do Doce tem contribuído de maneira significativa para o desenvolvimento do país, mas que chegou ao limite em termos de degradação ambiental. Na opinião do

senhor, como a política de recursos hídricos pode contribuir na mudança desse quadro?

A política de recursos hídricos traça grandes estratégias para a gestão integrada dos recursos hídricos. Cabe, portanto, uma forte articulação do SINGREH com as políticas setoriais visando incorporar as diretrizes contidas nos planos de recursos hídricos e, conseqüentemente, promover a conservação e preservação dos recursos hídricos. Um bom exemplo foi a parceria estabelecida para a elaboração do Plano de Esgotos Sanitários para a Despoluição da Bacia Hidrográfica do Rio Doce - Rio Doce Limpo, resultado alcançado através da iniciativa de forças políticas de ambos os estados e referendado pelo CBH-Doce. Assim, a bacia hidrográfica do rio Doce conta, hoje, com um planejamento em saneamento, devidamente hierarquizado por município e por região hidrográfica.

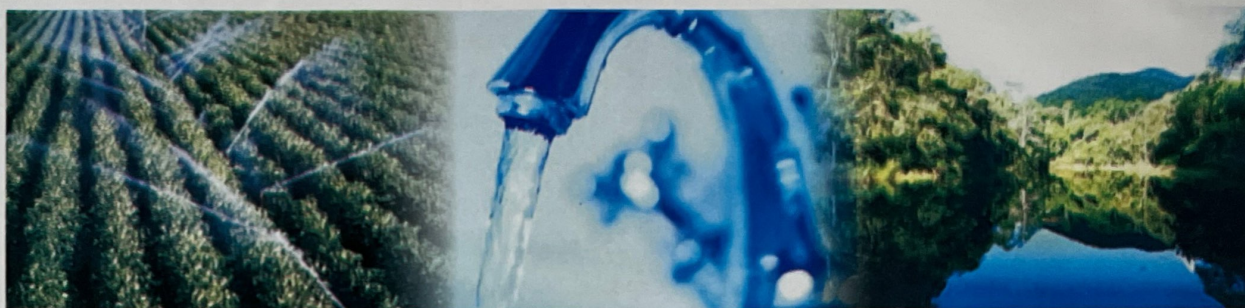
Que contribuição eventos como o Fórum Águas do Rio Doce podem dar para a gestão ambiental e de recursos hídricos na bacia e fora dela?

O Fórum Águas do Rio Doce tem um papel fundamental na divulgação das ações para a conservação dos recursos hídricos na bacia, bem como na capacitação e mobilização dos diversos atores envolvidos. Ademais, atua na promoção do debate de temas estratégicos para a bacia, tal como o processo de elaboração do PRH-Doce.

“O Fórum Águas do Rio Doce tem um papel fundamental na divulgação das ações para a conservação dos recursos hídricos na bacia, bem como na capacitação e mobilização dos diversos atores envolvidos.”

ANA lança premiação

Valorizando as iniciativas da sociedade



Através do recém-lançado **Prêmio ANA**, a Agência Nacional de Águas quer reconhecer e valorizar as iniciativas da sociedade que apontaram caminhos para assegurar água de boa qualidade e em quantidade suficiente para o desenvolvimento e qualidade de vida das atuais e futuras gerações.

A promoção da Agência Nacional de Águas é voltada a indivíduos, empresas, poder público, organizações de bacias hidrográficas e instituições de ensino e pesquisa que se destaquem pela excelência de sua contribuição para a gestão e o uso sustentável de recursos hídricos no país.

A primeira edição do **Prêmio ANA** contemplará três categorias:

- Gestão de Recursos Hídricos (para iniciativas que visam prioritariamente à gestão de recursos hídricos contemplando casos de aplicação bem sucedida de seus instrumentos em bacias hidrográficas específicas, estudos acadêmicos, projetos de capacitação, de comunicação e divulgação, entre outros)
- Uso Racional de Recursos Hídricos (para iniciativas que visam prioritariamente ao uso eficiente da água em processos produtivos e ao combate ao desperdício e à poluição dos recursos hídricos, com ênfase na efetiva aplicação de tecnologias poupadoras de água em processos industriais, agricultura e saneamento ambiental, estudos acadêmicos, produtos de capacitação, projetos de comunicação e divulgação, entre outros)
- Água para a Vida (para iniciativas que visam prioritariamente à conscientização da sociedade sobre o valor da água para a promoção do desenvolvimento socioeconômico, da qualidade de vida e para a conservação dos ecossistemas contemplando projetos de educação ambiental, de comunicação e divulgação, estudos acadêmicos e produção artística, entre outros).

A avaliação de mérito das candidaturas será realizada por uma comissão julgadora composta por pessoas de notório saber e de reconhecida competência.

Serão avaliados em cada candidatura os seguintes critérios: efetividade, impactos social, cultural e ambiental, potencial de difusão, adesão e participação social, e originalidade. Em cada uma das categorias serão selecionados três finalistas. O vencedor de cada uma das categorias será premiado com um troféu. Aos demais finalistas será concedido um certificado atestando sua condição de finalista no concurso.

A comissão julgadora tem o prazo até 31 de maio de 2006 para a avaliação dos trabalhos e elaboração do relatório final. No dia 3 de julho de 2006, em sessão pública, será dada ampla divulgação dos trabalhos vencedores e publicação na página da ANA na internet (www.ana.gov.br/premio/default.htm). A solenidade de entrega dos prêmios ocorrerá no dia 17 de julho de 2006, em local a ser anunciado.

As inscrições são gratuitas e podem ser feitas até o dia 22 de março de 2006, obrigatoriamente por remessa postal registrada, endereçada à Comissão Organizadora do Prêmio ANA, no seguinte endereço: Agência Nacional de Águas ANA - Setor Policial Sul, Área 5, Quadra 3, Bloco L
CEP: 70.610-200 - Brasília Distrito Federal.

Mais informações: (61) 2109 5412
premioana@ana.gov.br www.ana.gov.br

Não foi à toa que eles vieram parar aqui.



Casa de Virgílio Lambert



Cachoeira do Parque São Lourenço

Os imigrantes escolheram um verdadeiro paraíso para colonizar. Santa Teresa é um reconhecido santuário ecológico, em que a biodiversidade é tão preservada e valorizada quanto sua rica história. Por isso, a Prefeitura de Santa Teresa prima pela administração sustentável, promovendo o desenvolvimento da cidade com responsabilidade e consciência. E a atenção com a bacia do Rio Doce é sempre especial, abrangendo projetos e campanhas de preservação, limpeza e abastecimento. Assim, a Prefeitura de Santa Teresa faz o seu papel, melhorando a cidade e mantendo longe a degradação dos seus recursos.



Handwritten text in a cursive script, likely a historical document or letter, partially visible on the left side of the page.



PREFEITURA MUNICIPAL
SANTA TERESA
ESPÍRITO SANTO

Conheça a "Doce terra dos colibris" e encante-se.

Fotos de J. A. Ferrari



BIODIVERSIDADE

O QUE RESTA NO presente. COMO SERÁ O FUTURO.

A PESAR DA TÃO CONHECIDA E RECONHECIDA DEGRADAÇÃO AMBIENTAL DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOCE, A REGIÃO AINDA PODE SE ORGULHAR DE SUA BIODIVERSIDADE. SEU VASTO TERRITÓRIO, COM CERCA DE 83 MIL KM², ORIGINALMENTE ERA EM SUA MAIOR PARTE COBERTO PELA MATA ATLÂNTICA, MAS ABRIGA TRECHOS DE CERRADO, CAMPOS RUPESTRES, E ECOSISTEMAS COSTEIROS. VIVEM NA BACIA 148 ESPÉCIES DE MAMÍFEROS E UM QUARTO DAS ESPÉCIES DE AVES EXISTENTES NO BRASIL. PELO MENOS 17 ESPÉCIES ESTÃO ENTRE AS GRAVEMENTE AMEACADAS DE EXTINÇÃO.

A FORMA DE OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO DA BACIA CAUSOU SENSÍVEL DIMINUIÇÃO DOS HABÍTATS NATURAIS. OS TRECHOS QUE RESTARAM (REMANESCENTES) SÃO EXTREMAMENTE FRAGMENTADOS, AMEACANDO AINDA MAIS A PRESERVAÇÃO DAS ESPÉCIES. POR OUTRO LADO, NOS ÚLTIMOS ANOS A BACIA TEM RECEBIDO ATENÇÃO ESPECIAL DAS AUTORIDADES, EMPRESAS E PROPRIETÁRIOS RURAIS NO SENTIDO DE ESTABELEECER UNIDADES DE CONSERVAÇÃO EM SUAS

BIODIVERSIDADE

TERRAS. ENTRE OUTRAS INICIATIVAS, DOIS GRANDES PROJETOS VISANDO À IMPLANTAÇÃO DOS CHAMADOS CORREDORES ECOLÓGICOS (TRECHOS DE MATAS INTERLIGANDO REMANESCENTES FLORESTAIS) ESTÃO EM ANDAMENTO EM MINAS GERAIS E NO ESPÍRITO SANTO.

A ESCOLHA DO CAMINHO A SER TRILHADO NOS PRÓXIMOS ANOS ESTÁ NAS MÃOS DOS MORADORES, DAS EMPRESAS, GOVERNOS E ORGANISMOS ATUANTES NA BACIA. É UMA CORRIDA CONTRA O TEMPO NO SENTIDO DE CONSERVAR O QUE AINDA RESTA E PROJETAR UM FUTURO ONDE A GRANDE VARIEDADE DE ESPÉCIES POSSA VIVER EM HARMONIA.

NAS PRÓXIMAS PÁGINAS VAMOS MOSTRAR UMA RÁPIDA VISÃO DESSA RICA BIODIVERSIDADE ATRAVÉS DE ALGUMAS ESPÉCIES-SÍMBOLO, UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E OPINIÕES DE PESSOAS ENVOLVIDAS NO MEIO. BOM PASSEIO.



Biodiversidade sf: A existência de uma grande variedade de espécies animais, vegetais e de microorganismos em determinado habitat natural

*Aurélio Buarque de Holanda
Dicionário da Língua Portuguesa*





BIODIVERSIDADE

Reservas da Biosfera: Patrimônio Mundial

A Lei Federal 9.985, de julho de 2000 instituiu e regulamentou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, criando dois grupos: Unidades de Proteção Integral, que admitem apenas o uso indireto dos recursos naturais (parque nacional, estadual ou municipal, estação ecológica ou biológicas, etc) e Unidades de Uso Sustentável, onde é permitido o uso de parte dos recursos naturais (APA, RPPN, floresta nacional, estadual ou municipal, etc).

A bacia do rio Doce abriga 80 Unidades de Conservação (UC), sendo 69 em território mineiro e 11 em território capixaba. Algumas dessas UCs têm relevância local, outras importância regional ou nacional. Além delas, a bacia possui duas grandes áreas reconhecidas como Reservas da Biosfera pela Unesco (RBMA- Reserva da Biosfera da Mata Atlântica/ES, e RBSE Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço/MG), o que dá a elas relevância mundial em termos de conservação da natureza.

Estas reservas agrupam áreas de UCs e servem como laboratórios vivos, onde se pode praticar a gestão integrada da terra, da água e da biodiversidade. Devem cumprir, como funções básicas, a conservação das paisagens, dos ecossistemas e da variabilidade genética, o desenvolvimento econômico e humano, e a logística para fornecer sustentação à pesquisa, monitoramento e troca de instrução e informação. A gestão dessas áreas é feita por conselhos deliberativos compostos por representantes governamentais e da sociedade civil.

Em todo o estado do Espírito Santo, a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA) abrange cerca de 50 unidades de conservação, sendo nove federais, 15 estaduais, 22 municipais e 4 particulares, somando 3% da cobertura vegetal atual de mata atlântica no estado. Na área da bacia do Doce destacam-se a Reserva Biológica de Sooretama, a Floresta Nacional de Goytacazes e a Reserva Florestal Vale do Rio Doce.

A Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço (RBSE) abrange duas das 25 áreas mais diversas e mais ameaçadas do planeta (hotspots): o cerrado e a mata atlântica, abrigando ainda campos rupestres e campos de altitude, de extraordinária biodiversidade. Ao todo, são cerca de 1.200 quilômetros de extensão, com largura variando entre 50 e 100 quilômetros, embora apenas uma parte esteja na bacia do Doce. Mais da metade das espécies de plantas ameaçadas de extinção em Minas Gerais está no Espinhaço, além de um número significativo de espécies da fauna ameaçada.

O que houve com os homens?

Tão importante quanto conhecer a diversidade biológica da nossa região é o desafio de cada cidadão compreender todos os seres vivos além do ponto de vista de sua utilidade para os seres humanos e não somente como matéria-prima ou mero instrumento. Mais que uma "razão prática e lógica" para preservar um animal existe a necessidade de novas alianças éticas em oposição a uma visão focal, estreita e equivocada das questões ambientais.

Observações difusas ainda existem, incluindo opiniões de pessoas até do meio científico, questionando a opção por uma determinada espécie em detrimento do ser humano, como se os animais fossem culpados pelas diferenças sociais, ou não compreendendo que existe uma interdependência entre bicho, planta e gente. Apelando para uma justificativa ainda antropocêntrica dizemos que tais indivíduos ignoram o fato de que quando se luta pela manutenção da vida de um animal ou planta, conseqüentemente almeja-se a manutenção da vida do meio onde aquele ser vivo ainda sobrevive e logicamente dos seres humanos que também dependem daquele ecossistema.

Como disse Guimarães Rosa: "Se todo animal inspira ternura, o que houve, então, com os homens?"

Lélio Costa e Silva, supervisor do Centro de Biodiversidade da Usipa, consultor de Educação Ambiental da Fundação Relictos, criador e coordenador do Projeto Xerimbabo de Educação Ambiental (Ipatinga-MG)

Opinião



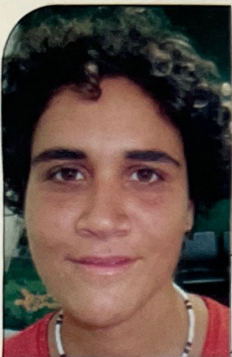
O reconhecimento pela UNESCO, em junho de 2005, da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço, nos encheu de alegria e orgulho. Entretanto, muito trabalho e muitas articulações foram realizadas até conseguirmos atingir nosso objetivo. A idéia da Reserva surgiu em 2003, aqui em Conceição e rapidamente se tornou um movimento. Em seguida, a apresentamos ao governo de Minas, na pessoa do doutor José Carlos Carvalho, secretário de Meio Ambiente, que abraçou a causa com muito entusiasmo e a transformou numa meta do governo de Minas.

Foi então criado pelo governador Aécio Neves um Grupo de Trabalho para a estruturação da proposta, formado pela SEMAD, prefeitura municipal de Conceição do Mato Dentro, PUC-Minas (Professores Miguel Ângelo e Eugênio Leite) e outras entidades, entre elas a ONG Sociedade dos Amigos do Tabuleiro (SAT), aqui de Conceição.

A proposta do Governo de Minas/ SEMAD recebeu o apoio do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério das Relações Exteriores, mas tivemos também um apoio estratégico no exterior: o da senhora Danielle Mitterrand, ex-primeira dama da França e presidente da Fundação France Libertés. Ela se tornou uma espécie de embaixatriz da proposta. Visitou por duas vezes Conceição do Mato Dentro e região e nos ajudou imensamente a superar os trâmites burocráticos da UNESCO, em Paris.

Com o novo status definido pela UNESCO, temos certeza que vamos captar muitos recursos de governos, empresas e organismos internacionais para aplicar na Reserva do Espinhaço, principalmente em projetos nas áreas de turismo sustentável, incentivo à pesquisa científica, conservação da biodiversidade, programas de educação ambiental e de melhoria da qualidade de vida dos cidadãos daquela região. Tais alternativas não só incentivam o desenvolvimento humano e econômico da região, como também valorizam a inclusão social e a sustentabilidade.

José Fernando Aparecido de Oliveira, prefeito de Conceição do Mato Dentro e um dos idealizadores e articuladores no processo de criação da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço



Biodiversidade no Espírito Santo



Paula Castro*
Michele Deshoun*

Apenas 8,8% da cobertura original da Mata Atlântica: é isso que resta desse bioma, no Espírito Santo, hoje representado por pequenos fragmentos distribuídos em propriedades particulares e em Unidades de Conservação públicas e privadas. A Mata Atlântica é um bioma complexo formado por um conjunto de ecossistemas de essencial importância. Suas florestas, mangues e restingas apresentam altos índices de biodiversidade e de endemismo (espécies que ocorrem em um único local).

Além do valor ambiental, ressalta-se ainda sua importância sócio-econômica. É nos domínios de Mata Atlântica que se localizam os maiores pólos de urbanização e desenvolvimento econômico do país e que residem cerca de 100 milhões de brasileiros. O bioma é fonte de sustento de muita gente. A utilização de seus recursos naturais inclui atividades de subsistência e de baixo impacto, como a cata de caranguejos no manguezal por pequenas comunidades, até a utilização de recursos hídricos em larga escala por grandes empresas.

A situação crítica de conservação nos cenários mundial e nacional levou à escolha desse bioma como uma das cinco regiões do planeta de maior prioridade para a conservação da biodiversidade, um dos "hottest hotspots", ou seja, uma das áreas mais ricas e mais ameaçadas do mundo. O quadro atual de devastação é preocupante, ainda mais quando se considera a ínfima cobertura por florestas nas margens de nascentes, rios, lagos e lagoas. A remoção das matas ciliares acelera o processo erosivo das margens dos cursos d'água, provocando o assoreamento do leito.

O estado de conservação dos remanescentes também é preocupante, justamente porque estão sujeitos a diversos tipos de pressões antrópicas. Além disso, os fragmentos estão, na maioria dos casos, isolados na paisagem, o que compromete o fluxo gênico e a variabilidade genética de suas populações vegetais e animais. Estes fatores

representam um sério risco para a manutenção da biodiversidade, podendo ocasionar a extinção de espécies da flora e da fauna.

Em 2005 foi homologado o decreto estadual com a lista de espécies da fauna e flora ameaçadas de extinção no Estado. O resultado é alarmante: 959 espécies estão sob ameaça de desaparecer e outras 40 já são consideradas extintas na natureza.

Além da publicação dessa lista, que é um alerta, o Espírito Santo tem feito outras ações. As articulações para criação e estruturação de áreas naturais protegidas; as Unidades de Conservação são exemplos, fundamentais para a manutenção da biodiversidade. Nesse caso podemos citar os parques e reservas públicas, tais como o a Floresta Nacional de Goytacazes e a Reserva Biológica de Sooretama, ambas localizadas na porção capixaba da Região Hidrográfica do Rio Doce.

Mas nem tudo está perdido, já que a conscientização ambiental está ganhando força a cada dia no Espírito Santo e se traduz em várias iniciativas públicas ou particulares, a exemplo de projetos como o Corredores Ecológicos, que é uma parceria do Governo do Estado com o Ministério do Meio Ambiente, dentre outros apoiadores. O projeto é um importante interlocutor na preservação e conservação ambiental no Estado, já que o objetivo é conectar fragmentos de Mata Atlântica.

Iniciativas particulares também têm sido apoiadas, como a criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), Unidades de Conservação de domínio privado e de uso sustentável, e a averbação das Reservas Legais de propriedades rurais. A proteção destas áreas é um importante instrumento para o aumento do número de áreas protegidas, viabilizando processos naturais de regeneração e manutenção da biodiversidade.

*Paula Felício Drummond de Castro e Michele de Sá Deshoun são biólogas e técnicas de meio ambiente do lema/ES

Educação ambiental e cidadania

O programa da UFMG

Como resultado de uma parceria entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico -, CNPq e o Instituto de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Minas Gerais (ICB/UFMG) foi iniciado em 2000 um dos programas pluri - anuais do Ministério da Ciência e Tecnologia: o Programa de Pesquisas Ecológicas de Longa Duração - PELD.

Dos 12 locais de pesquisa do programa no Brasil, a UFMG e seus parceiros são responsáveis pelo projeto "Dinâmica biológica e a conservação da biodiversidade da Mata Atlântica do médio rio Doce", que focaliza os ecossistemas terrestres e aquáticos do Parque Estadual do Rio Doce e seu entorno. Este projeto contempla seis áreas de atuação: diversidade da fauna, da flora, genética e aquática, além da sócio-economia e educação ambiental.

A busca de soluções para os problemas ambientais da região

No ano 2000, o PELD implementou um programa de educação ambiental intitulado "Educar para a Ação Ambiental" tendo como principal referência para o desenvolvimento de suas atividades, o Parque do Rio Doce.

O objetivo do programa é disseminar para professores do ensino fundamental e médio das escolas públicas, conceitos básicos sobre meio ambiente, bem como divulgar e discutir informações sobre a realidade sócio-ambiental em que vivem, de modo a facilitar a compreensão sobre os problemas locais.

Com um enfoque interdisciplinar, o programa "Educar para a Ação Ambiental" consiste de um curso de capacitação para os professores com carga horária de 24h, ministrado por professores do ICB/UFMG, com a participação de especialistas em meio ambiente da região. A metodologia das aulas é inovadora, interativa e dinâmica. As atividades, dentro e fora da sala de aula, são planejadas e desenvolvidas de forma a valorizar e incentivar a criatividade, a discussão e o espírito crítico. Um rico e diversificado material didático privilegia dados regionais.

No período de 2000 a 2005, 13 cursos foram oferecidos para cerca de 600 professores, distribuídos em 140 escolas de municípios vizinhos ao Parque: Timóteo, Coronel Fabriciano, Ipatinga, Antônio Dias, Jaguarapu, Marliéria, São Domingos do Prata e Dionísio.



Aula prática no Parque Estadual do Rio Doce

Estes dados atestam a importância deste instrumento no demorado processo de formar conceitos e estabelecer as bases que nortearão as ações dos cidadãos para um futuro sustentável na região do médio rio Doce.

No ano de 2006, o Programa estará desenvolvendo suas atividades de educação ambiental nos municípios localizados à margem direita do rio Doce, como Córrego Novo, Pingo D'Água, Bom Jesus do Galho, Vargem Alegre e Entre Folhas. Nesta etapa, a Estação Biológica de Caratinga também será utilizada como palco para se discutir o meio ambiente regional com os professores da rede pública de ensino.

Francisco A. R. Barbosa (Coordenador geral do PELD-UFMG)
Paulina M. Maia-Barbosa (Coordenadora Educação Ambiental)
Fabiane Torres (Assessoria de Comunicação do PELD-UFMG).



BIO DIVERSIDADE

Parque Estadual do Rio Doce

Com uma área de 36 mil hectares, o Parque Estadual do Rio Doce (PERD) é o maior remanescente (área contínua) de mata atlântica da bacia. Abrange três municípios. Criado em 1944, foi o primeiro parque estadual de Minas Gerais, tendo surgido da mente visionária do bispo de Mariana, Dom Helvécio, que em meados da década de 30, percebeu a importância da proteção das matas circundantes da então lagoa Nova, hoje a famosa "Lagoa do Bispo". Hoje o PERD tem como objetivo principal a proteção da mata atlântica e do sistema de lagos do médio rio Doce, mas está aberto ao turismo.

O acesso ao parque é feito pela rodovia BR 262 até o trevo de São José do Goiabal e a partir daí pela MG 320, estando a 205 km de Belo Horizonte, MG, e a cerca de 350 km de Vitória, ES. Ele conta com infra-estrutura de atendimento ao turista que inclui área de camping, aluguel de equipamentos de passeio e pesca. O maior atrativo é a Lagoa Dom Helvécio (Lagoa do Bispo), também aberta à natação. As trilhas na mata conquistam turistas mais de 30 mil turistas por ano.

Os inúmeros estudos realizados na área desde a criação do parque, listaram a existência de 1.129 espécies vegetais, 325 de aves e 77 de mamíferos, destacando-se a ocorrência de carnívoros de grande porte, entre eles a onça pintada, uma das mais de 30 espécies animais locais incluídas pelo Ibama na lista das gravemente ameaçadas de extinção.

As principais ameaças à preservação da biodiversidade do PERD são a caça e a pesca ilegais, que infelizmente ainda ocorrem na região, incêndios, atropelamentos de animais na estrada que corta o parque e a expansão urbana. Embora existam inúmeros trabalhos de educação ambiental nas proximidades do PERD, até hoje ainda não existe um plano diretor ou plano de manejo para a área do entorno.

"O CBH-Doce, convidado a participar como suplente, indicou-me como representante. Eu, que conhecia o parque como visitante, admiradora de sua beleza, pude conhecer a sua riqueza biológica, a importância de projetos de pesquisa que lá acontecem em convênio com diferentes instituições, opinar na construção de seu planejamento estratégico e nas definições das diretrizes de seu plano de ação apreciar o empenho de seus administradores e funcionários.

O parque nos encanta, seja por sua paisagem, seja por sua biodiversidade. É tão grandioso que todos do colegiado queremos protegê-lo. E os resultados dos ricos debates demonstram que a gestão compartilhada é o melhor caminho para proteção da natureza."

Joema Gonçalves Alvarenga, membro do Conselho Consultivo do PERD e representante da sociedade civil no CBH-Doce

Opinião

Falta incentivo

O produtor rural percebeu que a conservação da biodiversidade passa em boa parte pelas suas mãos. No entanto, mesmo tendo esta consciência pouco de prático pode realizar por escassez de recursos (pesquisa realizada pela CNA - Confederação Nacional da Agricultura, com cerca de 30.000 produtores distribuídos em todo o Brasil, revelou que 91% deles possuem dívidas com o sistema financeiro).

Se quisermos preservar e recuperar a biodiversidade da bacia do rio Doce, terá que haver muitos programas, projetos e incentivos financeiros para o produtor.



Afonso Bretas, representante do Sindicato Rural de Governador Valadares no CBH-Doce

Opinião

Turismo e conservação

Turismo participativo (que inclui os turismos de aventura, cultura, estudo, incentivo empresarial, pesquisa, bem-estar, esportivo, rural e o ecoturismo) pressupõe, além dos interesses específicos do turista, e, é certo, a viabilidade econômica da agência, o comprometimento e envolvimento de ambos com o meio receptor; com sua gente; com seus valores; com seus recursos naturais. É atividade fruto de planejamento, também participativo, onde se conciliam os pressupostos do desenvolvimento sustentável, definindo os termos em que se dará a atividade; as responsabilidades; a capacidade de suporte sócio-ambiental do meio receptor.

Entendido desta forma, o turismo participativo é instrumento altamente eficiente na conservação do ambiente. Assim, as agências atuam visando o econômico, mas também como fiscais da conservação do meio, cientes que a qualidade do meio e seu poder de atração de turistas é quem as viabiliza no mercado. Os turistas passam a conhecer as potencialidades e fragilidades do ambiente; interagem com sua gente, participam de seus costumes, tradições e festas; se envolvem; amam; e protegem. A comunidade receptora, por sua vez, percebe o valor de seu patrimônio sócio-cultural e ambiental, o que ele lhe proporciona fomentando a economia local,

Christina Grimaldi, bióloga, coordenadora técnica da Lume Estratégia Ambiental, professora da graduação e pós-graduação do Uni-BH



Proximidade com áreas urbanas ameaça o parque



BIO DIVERSIDADE

Gorilas do Brasil

Os murequis são primatas pacíficos, que se respeitam mutuamente, raramente brigam ou apresentam comportamento agressivo.

Estima-se que a população já teve cerca de 400 mil animais, na época da colonização do Brasil. Atualmente, não chega a um por cento dessa quantidade, sendo dividida em duas espécies: o murequi-do-norte, de cara rosada, presente em Minas Gerais e Espírito Santo; e o murequi-do-sul, de cara preta, encontrado no Rio de Janeiro, São Paulo e norte do Paraná.

Já em 1964, o ambientalista Augusto Ruschi chamava a atenção para a possível extinção dos mono-carvoeiros. Mas foi o instinto conservador do senhor Feliciano Miguel Abdala que fez com que ele, desde a década de 40, lutasse para preservar a maior quantidade de murequis-do-norte, num mesmo habitat, no país.

A RPPN (Reserva Particular do Patrimônio Natural) Feliciano Miguel Abdala, localizada no médio rio Doce, através da Estação Biológica de Caratinga, realiza, desde 1982, o primeiro estudo científico de longo prazo sobre o murequi. São mais de 200 murequis que se desenvolvem constituindo uma das maiores e mais viáveis populações da espécie. Os grupos chegam a ter até 50 indivíduos protegidos pelo trabalho de um grupo de biólogos, zoólogos, botânicos e ambientalistas apoiado por organizações conservacionistas do Brasil e do exterior. Dóceis, podem ser facilmente observados por quem visita a reserva.

Na bacia do rio Doce, o murequi também pode ser encontrado na RPPN Mata do Sossego, nos municípios de Simonésia e Manhauçu, nos Parques Estaduais do Rio Doce e da Serra do Brigadeiro (MG), no Parque Nacional do Caparaó e em fazendas particulares do município de Rio Casca.

"Apesar da serenidade que os cerca em seu cotidiano, o futuro dos murequis se encontra longe de estar assegurado. No passado, eles ocupavam vastas áreas da majestosa Mata Atlântica (...). Hoje, porém, os murequis sobrevivem apenas em meia dúzia de fragmentos remanescentes dessa floresta, e estão entre os primatas mais gravemente ameaçados de extinção em todo o planeta."

Karen B. Strier, professora do departamento de antropologia da Universidade de Wisconsin Madison. Estuda os murequis-do-norte há mais de 20 anos



Foto: Luciano Candisani

"Com um metro e meio de comprimento, os murequis lembram os grandes símios africanos, e há quem os chame de gorilas do Brasil. O porte impressiona, mas estão nas relações sociais as maiores peculiaridades desses macacos (...)." Luciano Candisani, fotógrafo especializado em biodiversidade e conservação, autor do livro "Murequi, uma jornada fotográfica pelas florestas do maior macaco das Américas", DBA, 2004.



Proteção, pesquisa e educação

A Reserva Biológica de Sooretama foi criada em 1982 para preservar um trecho da Floresta de Tabuleiros, um remanescente florestal com mais de 24 mil hectares. Junto com a Floresta Natural da Vale (RPPN pertencente à Companhia Vale do Rio Doce - CVRD) forma o maior maciço florestal do estado do Espírito Santo, com aproximadamente 46 mil hectares. Desde 1999, através de um convênio de cooperação com o Ibama, a CVRD é também parceira na proteção da reserva de Sooretama.

A diversidade biológica da Reserva de Sooretama é muito relevante. A flora muito possui espécies de destaque como o jequitibá-rosa (*Cariniana legalis*) e a braúna (*Schinopsis brasiliensis*). A reserva abriga várias espécies de animais silvestres em risco de extinção como o jacu estalo (*Neomorphus geoffroyi dulcis*), o papagaio chauá (*Amazona rhodocorytha*), o mutum do sudeste (*Crax blumenbachii*), a onça pintada (*Panthera onca*) e a onça parda (*Puma concolor*). Por estar na área da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, é referência internacional como patrimônio da humanidade e considerada área prioritária para conservação no sudeste brasileiro.

Por pertencer à categoria Unidade de Conservação de Proteção Integral, não é permitida a exploração dos seus recursos naturais, mas a reserva abre espaço para trabalhos de pesquisa e de educação ambiental aprovados pelo Ibama.

Uma das graves ameaças enfrentadas pelos animais de Sooretama é o atropelamento, devido à BR 101 norte, rodovia de grande movimento que corta a reserva num trecho de cinco quilômetros.

Opinião

Fiscalização e educação

Na preservação da reserva temos procurado fazer um trabalho de fiscalização apoiado por uma ação de educação ambiental, onde mostramos não só a importância das unidades de conservação e do meio ambiente, mas, também, a reserva e todo seu potencial para que as pessoas se interessem por ela e passem a ser nossos parceiros.

Eliton de Almeida Lima
Chefe da Reserva Biológica de Sooretama IBAMA/ES.





Corredores da vida

“Para garantir a sobrevivência do maior número possível de espécies de uma região os corredores ecológicos são uma estratégia fundamental”. De acordo com o biólogo Eduardo Marcelino Veado, com um longo histórico de trabalho pela preservação do miqui, maior macaco das Américas, esta seria uma forma de lançar uma nova semente para a conservação do miqui e de outras importantes espécies. A estratégia começa a ser posta em prática através de dois grandes projetos, um em Minas Gerais (Promata) outro no Espírito Santo (Projeto Corredores Ecológicos).

O objetivo é fazer conexão entre unidades de conservação e ampliar a cobertura vegetal. Segundo o coordenador do projeto no Espírito Santo, Marcelo Mores, a formação de corredores ecológicos possibilita que animais e sementes de vegetais transitem entre os remanescentes de mata, o que é importante para que haja fluxo gênico nas espécies. “Como grande parte da área dos corredores está em propriedades privadas o envolvimento da sociedade civil é de fundamental importância para a efetivação do projeto”, explica Mores.

Em Minas Gerais, uma das principais dificuldades apontadas é na produção de mudas nativas. Faltam sementes, falta tecnologia de produção. Por isto a importância do envolvimento também das universidades e centros de pesquisa nos projetos de recuperação.

Exuberância e beleza

Apesar de possuir alguns trechos de cerrado, a maior parte da bacia do rio Doce era originalmente coberta pela mata atlântica, com suas árvores de grande porte e imponentes espécies florestais nobres, hoje encontradas apenas nas principais reservas da bacia do Doce. Algumas destas espécies, como o jequitibá rosa (*Cariniana legalis*), que chega a 50 metros de altura, correm sério risco de extinção. A enorme diversidade de cactos, samambaias, palmitos, trepadeiras e bromélias contribui para reafirmar a extrema riqueza da mata atlântica onde ela ainda está preservada.

Completando este quadro de beleza reinam as orquídeas, apreciadas no mundo todo por sua delicadeza. Dentre as espécies existentes na bacia do Doce, destaca-se como uma das mais preciosas e mais ameaçadas a *Cattleya labiata warneri*. Além da destruição do habitat desta orquídea pela expansão agropecuária e industrial, a demanda de colecionadores orquidófilos, contribuiu para o decréscimo das populações desta espécie em seu ambiente natural.

Guará: lobo dourado

O guará não se parece com os lobos de filme (europeus ou norte-americanos), mas é um belo animal, assemelhando-se a uma raposa, com pernas longas e finas. É o maior canídeo da América do Sul. Seu nome científico, *Chrysocyon Brachyurus*, significa “animal dourado de rabo curto”.

De hábitos solitários, junta-se no máximo aos pares, sendo esta a principal diferença em relação ao lobo europeu que vive em matilhas e é bem mais agressivo.

A sua alimentação é variada: come desde pequenas cutias, pacas, aves, répteis, até frutas, mel, cana-de-açúcar, peixes, moluscos e insetos. Os guarás vivem, em média, 13 anos e seu habitat natural são os cerrados. Na bacia do Doce, podem ser observados com facilidade no Parque Natural do Caraça. Embora sejam animais ariscos e medrosos, ali eles se acostumaram à presença humana e chegam a comer na mão dos padres que vivem no local.

O lobo guará está na lista oficial dos animais em sério risco de extinção.



Opiniões

Apesar do histórico de desmatamento e uso inadequado do solo, provocados pelo processo de ocupação, estamos vendo com bons olhos o futuro da região. A bacia do rio Doce inicia um processo de recuperação, especialmente na sua porção alta onde as dificuldades de uso levaram ao abandono das terras e à conseqüente regeneração dos topos de morro.

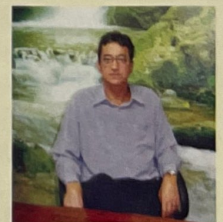
As empresas, pressionadas pela competitividade mundial, são obrigadas a respeitar e investir cada vez mais nas questões ambientais. As parcerias entre governo e sociedade se mostram como o formato ideal na busca da recomposição da biodiversidade. Acreditamos em uma mudança visível nos próximos 10 anos, mas para podermos dizer que é um caminho sem volta será preciso um horizonte de tempo ainda maior. Há muito para se trilhar.

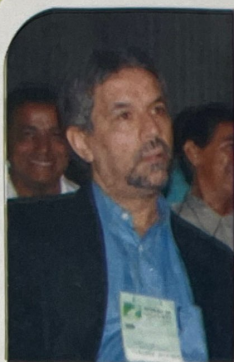
Humberto Candeias
Diretor Geral do Instituto
Estadual de Florestas (IEF)/ MG

Vivemos um bom momento no país. Identificamos mudanças no nível de consciência principalmente em dois focos: na sociedade civil e nas grandes empresas. O primeiro, observamos através do aumento no número de denúncias. A sociedade exige cada vez mais fiscalização e cumprimento das normas ambientais. O segundo, pode ser medido pelo crescimento do investimento das grandes empresas em projetos de preservação e recuperação, apoio a ONGs e novas posturas com relação à responsabilidade social e ambiental.

Por outro lado, ainda há muito que se fazer para a mudança de mentalidade dos pequenos empreendedores. Os principais problemas podem ser apontados nos segmentos de mineração e agropecuária, que hoje são responsáveis por grande número de infrações. É importante que façamos um trabalho intenso junto às instituições representativas das categorias para mudar esta realidade.

Ricardo Vereza,
gerente executivo
do IBAMA / ES





Lagos do médio rio Doce

Conhecer melhor e discutir o futuro

Cláudio Guerra*

O Sistema lacustre do médio Rio Doce é formado por 114 lagos naturais (a maioria de médio porte). 42 deles estão localizados dentro do Parque Estadual do Rio Doce (PERD) e os outros à margem direita do Rio Doce, nos municípios de Córrego Novo, Pingo D'Água, Bom Jesus do Galho, Vargem Alegre, Iapu e Ipaba.

O Atlas da Biodiversidade de Minas Gerais considera os lagos e as planícies aluviais do médio Rio Doce como um sistema hídrico especial. Eles formam a chamada "zona de amortecimento dos impactos" do PERD, mas, felizmente ainda guardam remanescentes significativos da vegetação nativa e uma rica biodiversidade aquática e terrestre. Este ecossistema é classificado pelo referido Atlas como de importância biológica alta e como área prioritária para a conservação da nossa biodiversidade. A região apresenta também grandes potencialidades turísticas, por suas belezas naturais e por sua proximidade do Vale do Aço.

Entretanto, esta região é muito pouco conhecida e divulgada. Faltam informações mínimas para se ter uma visão integrada de seus componentes, de sua importância e também dos aspectos sócio-econômicos e culturais ali presentes. Não existem mapas, placas ou qualquer sistema de informações sobre os lagos naquela região.

A apropriação insustentável dos recursos naturais na ocupação da região Leste de Minas (principalmente o pólo siderúrgico do Vale do Aço) foi o responsável por sensíveis alterações na cobertura vegetal existente no entorno dos lagos do médio Rio Doce. As florestas secundárias foram derrubadas para se fazer carvão e substituídas por pastagens, culturas temporárias, e mais recentemente por florestas renováveis de eucaliptos. Hoje aquele ecossistema vem sofrendo novas ameaças: introdução de espécies exóticas de peixes, o uso indiscriminado de rede na pesca, a expansão das áreas de plantio do eucalipto sem um manejo adequado, a redução na qualidade de suas águas e também as alterações nocivas na estrutura e funcionamento das comunidades aquáticas (fitoplanton, zooplanton, peixes)

Precisamos conhecer melhor os lagos do Rio Doce para preservá-los, divulgá-los e defender a ocupação

ordenada daquele espaço geográfico, em bases sustentáveis. Para isto defendemos aqui a realização de um seminário regional, de um a dois dias, de caráter essencialmente propositivo, organizado na forma de painéis temáticos. Ao final de cada painel, um relator faria uma síntese e elencaria as principais sugestões apresentadas. Um local interessante para sediar o evento seria a Lagoa Silvana.

Os temas dos painéis poderiam ser: diagnóstico atual, plano de manejo, seleção de áreas prioritárias para estudos científicos, potencialidades turísticas, projetos em bases sustentáveis na região, promoção da conectividade biológica com o PERD, etc .

A realização prévia de um sobrevôo para filmagens e apresentação durante o seminário é muito importante para que os participantes possam ter uma visão de conjunto da extensão, da importância, das belezas naturais e das potencialidades da região dos lagos para o turismo sustentável.

O seminário teria a participação de pessoas, instituições e empresas que ali atuam, como órgãos públicos (SEMAD, IGAM, IEF, prefeituras municipais daquela microrregião, secretaria de estado de turismo), setor privado (grandes empresas da região como a CENIBRA, ACESITA e outras do ramo de empreendimentos turísticos), entidades da sociedade civil e do meio acadêmico (pesquisadores da UFMG e outras instituições que desenvolvam pesquisas científicas com os lagos, professores dos cursos de ciências biológicas, engenharia ambiental e turismo das escolas superiores da região). As conclusões e propostas do seminário seriam reunidas num documento a ser publicado e distribuído junto aos parceiros e participantes.

Conhecer bem a região dos lagos do Rio Doce é fundamental para que possamos discutir seu futuro e sua preservação. Em 2002, a empresa CENIBRA fez uma consulta junto ao Instituto de Ciências Biológicas da UFMG no sentido de se organizar um seminário sobre a região. Infelizmente, a idéia não se concretizou. Que tal agora retomarmos a idéia e colocá-la em prática?

*Cláudio B. Guerra é consultor ambiental com curso de pós-graduação em Engenharia Ambiental pelo IHE-Delft, Holanda. Foi secretário de Estado Adjunto do Meio Ambiente do governo de MG.



BIO DIVERSIDADE

A riqueza de nossas águas

Alguns estudos consideram a bacia do rio Doce como uma das mais importantes do sudeste brasileiro em termos de riqueza em espécies de peixes, concentradas principalmente nos lagos do médio rio Doce e na região da foz. Mas, o futuro dessa diversidade está correndo risco. Entre as principais ameaças estão a destruição das matas ciliares, introdução de espécies exóticas, a poluição, o assoreamento, a pesca predatória e a construção de barragens (a Hidrelétrica de Mascarenhas, no ES, por exemplo, não possui escada para que os peixes possam realizar a piracema).

Entre as 77 espécies catalogadas, escolhemos duas que podem ser consideradas como símbolos da bacia. O lambari bocarra, do médio rio Doce, e o robalo, nativo da foz.

Pequeno príncipe

Os lambaris são peixes pequenos, muito apreciados na culinária do interior de Minas Gerais. A espécie conhecida como bocarra (*Oligosarcus solitarius*), encontrada apenas no médio rio Doce, está cada vez mais escassa. Nos ambientes onde há tucunarés e piranhas, é um dos primeiros peixes a desaparecer. Já foi extinto em duas das mais importantes lagoas do Parque Estadual do Rio Doce (Dom Helvécio e Carioca).

Quando jovem, o lambari-bocarra alimenta-se de camarões, larvas de insetos aquáticos e insetos terrestres, principalmente abelhas e formigas que caem na água. Já os indivíduos adultos, que atingem até 20 centímetros de comprimento, comem basicamente pequenos peixes.

Robalo, embaixador das águas

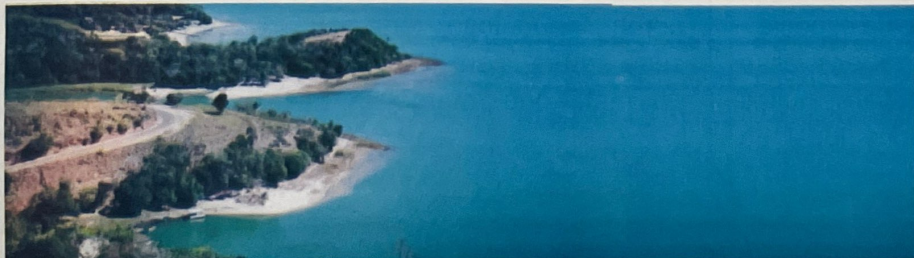
Os robalos são peixes marinhos de águas costeiras que penetram em estuários e rios durante todas as fases do seu ciclo de vida, podendo ser encontrados a até 100 km rio adentro. O hábito alimentar é carnívoro, tendo preferência por peixes e crustáceos. O período da migração reprodutiva da principal espécie em estudo na foz do rio Doce (*Centropomus parallelus*) ocorre nos meses de maio a agosto.

A foz do rio Doce é considerada o “berço dos robalos”. Nesta área, a pesca artesanal destes peixes é responsável pelo sustento de cerca de setenta famílias, gerando uma renda média mensal em torno de US\$ 240 por pescador, entretanto os estoques naturais estão a ponto de se esgotarem

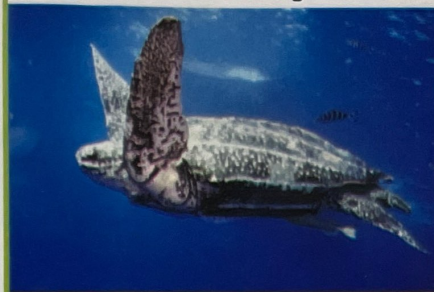
Complexo aquático

Ao longo do Rio Doce, ocorre duas vezes a formação de sistemas lacustres com características únicas no país. O primeiro deste conjunto de lagos se localiza no médio rio Doce, próximo aos municípios de Timóteo e Ipatinga (MG). O segundo, no baixo rio Doce, próximo ao litoral, no município de Linhares (ES). Ambos apresentam grande diversidade de vida aquática e um imenso potencial turístico. Destacam-se entre as mais conhecidas, a Lagoa Juparanã e a Lagoa Dom Helvécio, ou Lagoa do Bispo.

Atualmente, estes dois conjuntos lacustres são caracterizados pelo entorno composto por centros urbanos, áreas de produção agrícola e áreas de cultivo de eucalipto, e, conseqüentemente, por um intenso desmatamento.



Gigantes ameaçadas



As tartarugas são répteis existentes há mais de 150 milhões de anos e conseguiram sobreviver a todas as mudanças ocorridas no planeta até hoje. São animais migratórios e de ciclo de vida longo. Alguns levam até 50 anos para virarem adultos e podem pesar de 65 até 500 quilos (dependendo da espécie).

No mundo há sete espécies de tartarugas marinhas, cinco delas ocorrem no Brasil (todas estão na lista do Ibama de espécies ameaçadas de extinção), sendo que a foz do rio Doce é local de desova de duas espécies: a Cabeçuda (*Caretta caretta*), e a de Couro ou Gigante (*Dermochelys coriacea*). É, aliás, a única área de ocorrência de desovas da tartaruga Gigante no Brasil.

Estima-se que de cada mil tartarugas nascidas apenas uma ou duas cheguem à idade adulta, podendo levar 25 anos para isso. Na foz do rio Doce a poluição por esgoto, o excesso de sedimento das erosões e a pesca com redes são as principais ameaças. Na temporada reprodutiva 2005/2006 uma das tartarugas de couro que estava desovando nos arredores da foz do rio Doce (monitorada via satélite e que fazia parte de um estudo realizado pelo Tamar e o Cenpes - Centro de Pesquisa da Petrobras) ficou presa a uma rede e não conseguiu se salvar.

BIO DIVERSIDADE

Onde obter informações sobre a biodiversidade da bacia do rio Doce:

www.aguasdoriodoce.com.br
www.ana.gov.br/cbhriodoce
www.ibama.gov.br
www.ief.mg.gov.br
www.iema.es.gov.br
www.ipema-es.org.br
www.icb.ufmg.br/peld
www.santateresa-es.com.br
www.tamar.org.br



Catádromos e Anádromos

Do rio para o mar, do mar para o rio

Joca*

Para muitos um rio termina quando chega no mar. Mas, muitas outras verdades sobrepõem-se a essa afirmação. No encontro de um rio com o mar, na foz, como mais comumente se diz, iniciam-se muitos ciclos físicos, químicos, biológicos e até culturais. No rio Doce esse fenômeno é tão intenso que é chamado de Rio-Mar.

Mais conhecida como estuário, essa região é palco de uma riquíssima biodiversidade com representantes de todos os ambientes que o compõem, ou seja, do rio e do mar, e ainda daqueles que vivem no próprio estuário.

Curiosamente o Doce é o único rio que deságua na costa brasileira e que não possui um manguezal, com árvores (*rizophoras*) com suas grandes raízes, lama preta, caranguejos... Com certeza, fruto do grande volume de água que originalmente descia das regiões altas, assim como pela sua posição geográfica que, na foz, a partir de Povoação, toma a direção norte-sul, a mesma do vento predominante, aumentando a força das águas e impedindo a entrada da água salgada, essencial para a formação de manguezais.

Mas isso não impede o ecossistema de achar suas formas de compor o berçário que são os estuários. Um "equivalente ecológico" formado por aninguais e guaxumbas, vegetações típicas, propicia estas condições de refúgio e fixação da barra, permitindo a reprodução de inúmeras espécies: as catádromas, que vivem em água doce e buscam as águas salgadas para se reproduzir e as anádromas, que vivem no mar e buscam água doce para o fenômeno da continuidade da espécie.

Embora afetado pelas grandes barragens, esse processo de migração ainda ocorre para muitas espécies, tornando a foz do rio Doce local de

reprodução de quase todas as espécies aquáticas conhecidas nas áreas adjacentes. Também é reconhecida como um dos principais locais de pesca do robalão, do robalo peba, do fincudo, e ainda das carapebas, goibiras, pescadinhas, corvinas, bagres, manjubas, xaréus, cações, tubarões... e uma lista enorme se entrarmos mar à dentro ou se subirmos o rio.

As extensas praias e a Reserva Biológica de Comboios abrigam a única área no Brasil de desova das Tartarugas Gigantes, o animal marinho mais ameaçado de extinção no Brasil e entre os 10 mais ameaçados do mundo. Título nada agradável.

Além das águas do Rio-Mar, as grandes florestas de cacau, restingas preservadas, as lagoas, os brejos e pequenos rios, fizeram a região ser classificada pelo Ministério do Meio Ambiente como de extrema importância para a conservação da biodiversidade costeira e marinha do Brasil.

Lógico que nem tudo são flores... O enorme aporte de sedimento, fruto do desmatamento nas cabeceiras tem assoreado o rio de tal forma que grandes peixes já não conseguem entrar muito no rio. O sedimento também escurece as águas impedindo a entrada de luz e diminuindo a produtividade do mar adjacente, além de soterrar ambientes e tornar a barra menos navegável e perigosa aos pescadores. Sem falar nos esgotos lançados por inúmeras cidades rio acima.

No entanto o rio sobrevive dando lições de resistência e continuidade da vida. Lindo, seja no verão quando fica barrento (e nesse não ficou), porém, caudaloso, forte, ou no inverno quando suas águas ficam claras, calmas, verdes, da cor das matas que o margeiam.

*João Carlos Thomé, o Joca, é oceanógrafo, analista ambiental do IBAMA, coordenador regional do Projeto Tamar e presidente do Conselho de Curadores da Fundação Pró-Tamar. Trabalha na região da foz do rio Doce desde 1982 com ações de conservação e desenvolvimento comunitário.

Planejamento e Transparência

João Bosco Senra, secretário de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, é mineiro, engenheiro civil e sanitarista. Ocupou importantes cargos na área ambiental e de recursos hídricos em Minas Gerais, como presidente da Fundação Zoobotânica de Belo Horizonte e secretário de Meio Ambiente da capital mineira, além de diretor geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM). Na sua gestão foram criados os dois primeiros comitês de bacias dos rios afluentes do Doce (Caratinga e Piracicaba). É co-presidente da Rede Interamericana de Recursos Hídricos e coordenador do Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH).

Nessa entrevista, João Bosco Senra destaca a parceria com o Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas e explica como o Plano Nacional de Recursos Hídricos, aprovado por unanimidade pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) no último dia 30 de janeiro, vai favorecer a implementação dos demais instrumentos de gestão. Segundo ele, o estabelecimento de cenários de longo prazo "proporcionará segurança e transparência a todos".



Qual tem sido o papel e o desempenho da Secretaria de Recursos Hídricos na máquina do Sistema de Gerenciamento?

A estruturação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH) e a sua integração com o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) constitui uma diretriz fundamental que o Ministério do Meio Ambiente (MMA) vem trabalhando nos últimos anos. A Secretaria de Recursos Hídricos (SRH), enquanto órgão pertencente ao núcleo estratégico de governo e formulador da Política Nacional de Recursos Hídricos, tem desempenhado um papel decisivo no fortalecimento dos aspectos de complementaridade e interdependência dos

sistemas e também da Política Nacional ao valorizar as múltiplas dimensões da água e a sua função estruturante para as políticas setoriais. Avançamos, por exemplo, com a reformulação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) em 2003, duplicando a sua representação de 29 para 57 membros, a instituição da Divisão Hidrográfica Nacional por meio da Resolução nº 32 do CNRH, a intensificação do apoio aos estados na estruturação de seu arcabouço legal e institucional, na elaboração de planos estaduais e, sobretudo, na construção do Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH).

Qual a importância do Plano Nacional de

Recursos Hídricos para a implementação da cobrança pelo uso de água no país?

O planejamento estratégico de longo prazo da gestão das águas do país tem uma alta significância para a implementação e consolidação dos seus instrumentos de gestão como a cobrança pelo uso da água. O estabelecimento de cenários de longo prazo, sinalizando de forma eficiente para as questões de futuro e possibilitando um planejamento eficaz das ações das entidades

“a relação entre a SRH, o Conselho e a ANA é de alto nível”

integrantes do SINGREH, proporcionará segurança e transparência a todos. O alcance de um marco regulatório claro, estável e eficiente também poderá ser atingido com o estabelecimento de programas que contemplem a aplicação do instrumento da cobrança.

E para os demais instrumentos de gestão previstos na Lei 9.433?

O PNRH prevê o estabelecimento de diretrizes e programas relacionados a todos os instrumentos de gestão, tais como a outorga, a cobrança, o enquadramento, o sistema de informações e mesmo os planos estaduais e de bacias hidrográficas, o que contribuirá ainda mais para a eficácia e a agilidade no processo de avanço da implementação desses instrumentos.

Como está, em sua opinião, a relação da SRH com o Conselho Nacional de Recursos Hídricos e com a Agência Nacional de Águas?

O exercício da transversalidade e a busca do fortalecimento institucional são uma tônica da atual gestão do Ministério do Meio Ambiente. Note-se, por exemplo, o aumento da efetivação do corpo de funcionários de nossas instituições com a realização de concursos públicos e a presença intensa em grupos de trabalho e comissões inter-institucionais. Além disso, a relação entre a SRH, o Conselho e a ANA é de alto nível e vem galgando um patamar progressivamente ascendente, de grande sintonia e ajuda mútua. Isso pode ser observado, inclusive, no processo de elaboração do PNRH com a contribuição fecunda do Grupo Técnico de Coordenação e Elaboração (GTCE), formado por técnicos da SRH e da ANA.

E como se dá a relação com os sistemas estaduais de recursos hídricos, em especial com os órgãos gestores, conselhos e comitês de bacias de Minas Gerais e Espírito Santo?

Desde o início de nossa gestão temos tanto



cultivado uma ótima relação de parceria com as secretarias estaduais de Meio Ambiente tanto de Minas Gerais como do Espírito Santo. A SRH tem trabalhado com os órgãos gestores estaduais, apoiando a implementação dos seus sistemas estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Temos formalizado acordos de cooperação com vários estados (PR, SC, RS, MT, MS) para acompanhamento da elaboração dos planos estaduais de recursos hídricos.

Em fase de conclusão, a SRH está negociando acordos de cooperação com o Espírito Santo e temos trabalhado em sintonia com o sistema de Minas Gerais. Com relação aos comitês, a SRH também acompanha os trabalhos do Fórum Nacional de Comitês, que tem participação efetiva dos comitês de bacia hidrográfica, sobretudo de Minas Gerais, e apoiamos propostas e projetos tanto no âmbito do próprio Fórum como de comitês, isoladamente. Recentemente, encaminhamos processo de análise que favorecerá a implementação do Comitê da Bacia do Rio Itapemirim no estado capixaba.

O que pode ser considerado hoje como o principal empenho da SRH, o carro-chefe em termos de programas e/ou projetos?

Dentre os vários programas e ações que desenvolvemos, três foram considerados como prioridade de governo, incluídos no PPA 2004-2007 e com dotação orçamentária própria, todos eles construídos e desenvolvidos com uma característica marcante de participação e envolvimento social. São eles: o Plano Nacional de

Recursos Hídricos (PNRH), o Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAN-Brasil) e o Programa Água Doce (PAD). Este último é voltado à oferta de água de boa qualidade mediante a utilização de tecnologias sustentáveis de dessalinização e aproveitamento de rejeitos em sistemas produtivos locais. O PAN-Brasil tem por objetivo a redução do nível de crescimento das áreas desertificadas ou em processo de desertificação no país e o combate à pobreza e notificou-se internacionalmente por seu caráter fortemente participativo e por atender, após uma década de ratificação, às exigências da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca.

Pode-se considerar o carro-chefe o Plano Nacional de Recursos Hídricos, por seu caráter estruturante ao estabelecer diretrizes estratégicas que orientarão as ações de governo com relação à utilização dos recursos hídricos, além de subsidiar e fortalecer as ações das instituições integrantes do SINGREH. Com a construção deste Plano Nacional das Águas, o Brasil atende aos compromissos assumidos internacionalmente junto às Nações Unidas (Rio + 10), contribuindo para o alcance das Metas do Milênio.

Como o senhor vê a questão da dominialidade da água e a hierarquização entre bacias? Por exemplo, para o governo federal, a bacia do Doce é mais relevante do que as bacias dos seus rios afluentes em Minas Gerais e no Espírito Santo?

Temos trabalhado com o princípio da subsidiariedade, que significa dar condições para que aquilo que puder ser resolvido prioritariamente no âmbito mais próximo do cidadão, que o seja. Complementarmente, também investimos no princípio da cooperação; portanto, para mim não existe hierarquização e todos os comitês têm funções importantes e complementares dentro do sistema, sendo que nenhum é mais importante que o outro.

A bacia do Doce está em fase de elaboração de seu Plano de Recursos Hídricos (PRH-Doce). Como deve ser a relação desse PRH-Doce com o Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH)?

A relação deve ser apenas de observar algumas diretrizes estabelecidas no Plano Nacional que possam colaborar com a implementação do Plano da Bacia do Rio Doce, mas ressaltamos que também não existe hierarquização para esses planos, pois o nacional é um plano de caráter mais estratégico e o de bacia é mais operativo.

Existem planos ou projetos específicos da SRH para a bacia do rio Doce em 2006?

A SRH participa de forma pró-ativa como membro do Comitê da Bacia do Rio Doce, apoiando as prioridades definidas pelo comitê e esperamos colaborar efetivamente com o processo de elaboração do plano da bacia se o comitê assim entender. Poderemos também colaborar junto ao CNRH para a aprovação da cobrança e da instituição da agência da bacia do Doce num futuro mais próximo.

De uma maneira geral, todos reconhecem que a bacia do Doce tem contribuído de maneira significativa para o

desenvolvimento do país, mas que chegou ao limite em termos de degradação ambiental. Para o senhor, como a política de recursos hídricos pode contribuir na mudança desse quadro?

A Política Nacional de Recursos Hídricos foi instituída pela Lei Federal 9.433/97 (que reafirma o princípio constitucional de 1988 ao considerar a água como bem de domínio público) e introduz no país uma nova configuração para a gestão das águas definindo a bacia hidrográfica como unidade territorial para a implementação do gerenciamento e atuação do sistema. Esses são alguns dos aspectos relevantes que, somados à gestão descentralizada e participativa das águas do país, constituem elementos fundamentais para a superação do passivo ambiental e a implementação de um novo modelo sustentável de desenvolvimento.

É papel da SRH promover a integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental. Essa integração está satisfatória?

Está em curso uma agenda positiva promovida de forma articulada pelos conselhos nacionais de Meio Ambiente (CONAMA) e de Recursos Hídricos (CNRH), no que respeita à integração de procedimentos autorizativos como o licenciamento ambiental e a outorga, dentre outras questões relevantes. Uma das câmaras técnicas do CNRH vem discutindo, por exemplo, a questão da integração água e floresta e também foi inserido no PNRH o delineamento das Ecorregiões Aquáticas Brasileiras, elaborado com participação da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do MMA e apoio do CNPq. Com a realização

inédita de duas conferências nacionais de meio ambiente, este ano e em 2003, o MMA estimulou a discussão desses temas transversais, ampliando a sua repercussão junto à sociedade.

E no caso da integração da gestão de recursos hídricos com a gestão costeira, esta também de grande relevância para a bacia do Doce?

Foi criada recentemente no âmbito do CNRH a Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira. A proposta de criação desta câmara técnica surgiu do Fórum Nacional de Comitês de Bacia e a SRH deu total apoio à proposta, inclusive organizando e coordenando o 1º Encontro Nacional Temático de Gestão Integrada de Bacias Hidrográficas e da Zona Costeira que ocorreu em Itajaí-SC, sobre este tema.

Que contribuição, eventos como o Fórum das Águas do Rio Doce pode dar para a gestão e para o estabelecimento de políticas ambiental e de recursos hídricos na bacia e fora dela?

Para um país megadiverso em termos biológicos, sociais e culturais como o nosso, que passou por períodos de quebra institucional e de estrangulamento da cidadania, e que agora tem o desafio de consolidar a institucionalidade democrática principalmente com o estímulo à participação cidadã, compartilhando este novo protagonismo entre todos os segmentos da sociedade, o II Fórum das Águas do Rio Doce, sintonizado com esses desafios, representa uma enorme contribuição e exemplo que merece ser amplamente conhecido.

“ Para mim não existe hierarquização e todos os comitês têm funções importantes no sistema. Nenhum é mais importante que o outro ”

GOVERNO DE MINAS E COPASA TRABALHANDO.

IPATINGA FAZ PARTE DO MAIOR PROGRAMA DE INVESTIMENTOS DA COPASA.



Obras para os novos reatores da Estação de Tratamento de Esgoto Principal

ONDE TEM OBRA DA COPASA, TEM MAIS BENEFÍCIOS PARA VOCÊ.

O Vale do Aço é uma região privilegiada em nosso Estado por ser um dos maiores pólos siderúrgicos do Brasil. E, aqui em Ipatinga, a COPASA está trabalhando para levar saúde e qualidade de vida a toda a população. A empresa está investindo R\$ 5 milhões, com recursos financiados pelo Programa Pró-saneamento da Caixa Econômica Federal, em obras para ampliar a Estação de Tratamento de Esgoto.

Com isso, a cidade ganha em desenvolvimento e você ganha mais saúde. O Vale do Aço sabe que pode contar com a COPASA. Ipatinga também.

BENEFÍCIOS GERADOS

- Infra-estrutura completa nos sistemas de água e esgoto, o que atrai novos investimentos.
- Mais saúde e qualidade de vida em todos os bairros da cidade.

INVESTIMENTOS DA COPASA NA CIDADE

- R\$ 5 milhões para ampliar a Estação de Tratamento de Esgoto.



Despoluição do Doce

Copasa Vale do Aço investe 30 milhões

A Superintendência Regional da Copasa no Vale do Aço está investindo 25 milhões de reais na implantação de um sistema de tratamento de esgoto em Coronel Fabriciano. As obras começaram com a construção dos interceptores de esgoto, que terão cerca de 27 km de comprimento, num montante de 10 milhões de reais. Os demais 15 milhões serão investidos na construção de duas Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs), cujas obras serão iniciadas ainda neste primeiro semestre de 2006.

As ETEs de Coronel Fabriciano irão operar através de um moderno sistema que inclui tratamento preliminar, reatores anaeróbios tipo UASB, filtros biológicos anaeróbios e leitos de secagem, o mesmo que vem sendo usado com sucesso em Ipatinga, desde 2001. A ETE central será construída próximo ao bairro Mangueiras e terá capacidade de tratamento de 251 l/s, atendendo a uma população de 101 mil habitantes, com previsão de vida útil até 2020. A ETE Amaro Lanari, localizada próximo ao bairro de mesmo nome, terá capacidade de vazão de aproximadamente 20 l/s, e vai atender a cerca de 13 mil moradores.

A ETE Rio Doce, parte do sistema de tratamento de Ipatinga que inclui ETEs nos bairros Areal, Bela Vista e Horto, após quatro anos de operação, vai passar por uma ampliação. As obras vão atender à demanda do crescimento vegetativo de esgoto da cidade e do Programa Caça Esgoto, que se encarrega da retirada de lançamentos de redes pluviais (coleta de água de chuva) nas redes de esgoto e lançamentos nos cursos d'água.

A ETE Rio Doce, localizada na BR458, no município de Ipatinga, está operando atualmente com 5 reatores anaeróbios tipo UASB, com vazão média de 250 l/s, beneficiando uma população estimada de 100 mil habitantes.

Com recurso de 5 milhões de reais, financiados pela Caixa Econômica Federal, estão sendo construídos dois reatores e 13 leitos de secagem, com previsão de conclusão das obras até junho de 2006. Para finalizar o projeto de 10 reatores em funcionamento na ETE Rio Doce ainda este ano, a Copasa conseguiu um recurso de 7 milhões e meio junto à Caixa para construção de mais três reatores anaeróbios.



site: www.copasa.com.br e-mail: spva@copasa.com.br

Foto: divulgação



ZIRALDO

Menino do Rio Doce

EU sou
do Doce



“Só jogue na água o que o peixe pode comer”. Esta frase, com suas variações, e o desenho do peixinho são alguns dos muitos ícones criados por Ziraldo Alves Pinto, um dos artistas mais conhecidos por várias gerações de brasileiros.

Pintor, cartunista, jornalista, teatrólogo, chargista, caricaturista e escritor, Ziraldo nasceu em 1932, na cidade de Caratinga, Minas Gerais, no médio rio Doce. Sua vasta obra faz parte de nosso cotidiano. Começou sua carreira nos anos 50 em jornais e revistas de expressão, como *Jornal do Brasil*, *O Cruzeiro*, *Folha de Minas* e outros. Nos anos 60, com o lançamento da primeira revista em quadrinhos brasileira feita por um só autor, “A Turma do Pererê”, Ziraldo ficou conhecido nacionalmente. Durante o período da ditadura militar fundou, com outros humoristas de renome nacional, *O Pasquim*, um jornal debochado que marcou época no país.

Seus quadrinhos para adultos, “The Supermãe” e *Mineirinho - O Comequieto*, contam com uma legião de admiradores, porém foi o público infantil que Ziraldo conquistou com maior expressão.

A partir de 1979, Ziraldo concentrou-se na produção de livros para crianças, e em 1980 lançou “O Menino Maluquinho”, um dos maiores fenômenos editoriais no Brasil de todos os tempos. O livro foi adaptado com grande sucesso para teatro, quadrinhos, ópera infantil, videogame, internet e cinema. O personagem é fonte de inspiração para a garotada e enfeita roupas, sapatos, materiais escolares e mais uma infinidade de objetos.

“O Menino Maluquinho mudou tudo para mim. Foi com o Menino Maluquinho e principalmente com a Professora Muito Maluquinha que redescobri o Brasil. E acabei me transformando, acredito, na pessoa não especializada que mais de perto conhece a escola primária brasileira. (...) Não tem um pedaço deste Brasil que eu não tenha pisado e, sempre, num pátio, num auditório ou numa sala de aula de uma escola.”, afirma o autor.

Entre os ambientalistas, Ziraldo é conhecido pela sua cartilha “Água Nossa de Cada Dia”, que já teve inúmeras reedições e cujas imagens ilustram cartazes, folders e outras cartilhas pelo mundo afora.



Em 1996 editou um livro que conta a história de um menino e um rio, em uma linguagem mista de poesia e prosa. Desenhos do artista Demócrates inspiraram bordados feitos à mão por cinco mulheres da família Dumont que, após fotografados, ilustraram as páginas do livro “O Menino do rio doce”, uma verdadeira declaração de amor ao nosso rio.



Fotos: Prefeitura Municipal de Caratinga

“ O Menino Maluquinho mudou tudo para mim. Foi com o Menino Maluquinho e principalmente com a Professora Muito Maluquinha que redescobri o Brasil ”



Da estação Pedro Nolasco (Grande Vitória) para uma fazenda em Conselheiro Pena, MG, às margens do rio Doce: passeios a cavalo, pesca e gastronomia típica.



Bom exemplo

Viagem de trem

Resgate da história

Há cem anos o rio Doce tem como companheira a linha férrea. Quando se pensa no rio, logo vem à mente a longa estrada sinuosa do trem de ferro, a locomotiva e os vagões. O conjunto faz parte do cenário secular. Não se imagina um sem o outro...

Durante este período a ferrovia vem sendo usada por viajantes que presenciaram cidades nascerem, crescerem e até serem extintas, como o caso de Itueta, transferida de lugar em função do surgimento da usina hidrelétrica de Aimorés. Algumas cidades, com o tempo, se destacaram no cenário ajudando a fazer a história e o desenvolvimento da bacia, como Colatina, que teve sua estação de trem construída em 1906; Baixo Guandu e Aimorés (1907), Resplendor (1908), Governador Valadares (1910), Coronel Fabriciano (1924) e Nova Era, em 1936. Fazendas surgiram em torno para abastecer os mercados crescentes.

Paradas do trem prosperaram, transformando-se rapidamente em

povoados. Da mesma forma, da noite para o dia, por um motivo ou outro, perderam o brilho e hoje não passam de distritos com belas arquiteturas e com histórias guardadas na memória dos antigos moradores. Assim aconteceu com Itapina, no Espírito Santo, que no passado era importante ponto de distribuição de cargas e suprimentos para todo o noroeste do estado. Assim foi Barra do Cuieté, em Minas Gerais, que além de sediar uma unidade da serraria Souza Pinto, teve cinema, bela praça, sociedade esfuziante, responsável por significativo capítulo da história.

Visitar este passado, resgatando a história pode ser, além de educativo, muito divertido. Apostando na idéia, uma empresa capixaba resolveu montar

pacotes turísticos que começam invariavelmente numa estação de trem e podem agregar passeios a cavalo em antigas fazendas mineiras, caminhadas pela Mata Atlântica ou navegação em uma escuna nos mares capixabas. A proposta é da Liberty Turismo, de Vitória, ES.

Hoje os passeios são curtos, de um a dois dias. Um deles, por exemplo, leva à simpática cidade de Santa Teresa, com direito a conhecer lugares fantásticos na terra do colibri, degustar queijos, licores, biscoitos e vinhos, tomar banho de piscina e muito mais. Em breve, a empresa pretende ampliar seus roteiros. Quem sabe, levar o turista para apreciar o parque Estadual do Rio Doce, com seus 34 mil hectares de Mata Atlântica, e se banhar nas águas claras da Lagoa do Bispo; ou visitar o Parque do Caraça, para ver de pertinho o lobo-guará.

A Liberty dá um bom exemplo ao propor um tipo de turismo alternativo, saudável e, sobretudo, sustentável. Além do prazer da viagem de trem, o turista conhece a história, a cultura e paisagens da bacia do rio Doce. E conhecer é o primeiro passo para preservar.

www.libertyturismo.com





Fotos / Dinálio

Bom exemplo

Lagoa Teobaldo

Mobilização para a preservação ambiental

Divulgar e preservar a beleza cênica, as riquezas naturais e as potencialidades turísticas da micro-região da Lagoa do Teobaldo. Este é o papel da jovem ONG destaque deste mês como nosso bom exemplo de sociedade civil organizada.

Criada em maio de 2003, a Associação dos Amigos da Lagoa do Teobaldo, em pouco tempo, firmou importantes parcerias para a consecução dos seus objetivos. Desde outubro de 2003, a CENIBRA, empresa com atuação na região, começou a implementar o Projeto de Recuperação Ambiental da Lagoa do Teobaldo, com a retirada do eucalipto de seu entorno e plantio de espécies nativas. A Associação, em parceria com a CENIBRA, a Prefeitura Municipal e a Universidade Federal de Minas Gerais UFMG, tem promovido encontros às margens da lagoa e cursos de capacitação ambiental para professores da rede pública e também para seus associados ("Monitor da Lagoa").

Uma das publicações da Associação dos Amigos da Lagoa do Teobaldo e seus parceiros foi a cartilha *Conhecendo a Lagoa do Teobaldo*, que conta um pouco da sua história e estimula sua preservação.

Localizada no município de Antônio Dias, a uma altitude de 1000m e ocupando uma área em torno de 10 hectares, a bela lagoa do Teobaldo é um lugar privilegiado pela natureza. Ela se situa numa região muito montanhosa, próxima à Serra do Cocais, a apenas 40 Km do Vale do Aço e oferece grandes potencialidades para o ecoturismo.

A lagoa do Teobaldo é o único lago de maior porte em grande altitude em toda a bacia do rio Piracicaba. Vale lembrar que na região próxima ao Parque Estadual do

Rio Doce existe mais de uma centena de lagoas, porém, a uma altitude média de 200 metros.

A lagoa do Teobaldo é um bem ambiental muito importante para a sobrevivência do ecossistema local e por drenar uma área onde se localizam cerca de 40 propriedades rurais. Nas suas margens, dom Helvécio de Oliveira, bispo de Mariana, idealizador da criação do Parque Estadual do Rio Doce, celebrava uma missa anualmente, desde 1939.

A partir da década de 90, várias pessoas se associaram e se empenharam no trabalho de divulgar, valorizar, estudar e apoiar as iniciativas para a preservação da lagoa, entre elas o fazendeiro Francisco Barros (Sr.Xéo), o ambientalista Cláudio Guerra, o prof. Francisco Barbosa (UFMG), o deputado Ivo José e outros. Como consequência, o primeiro estudo científico na lagoa foi realizado pelo Instituto de Ciências Biológicas da UFMG, no período 1996-1998. A partir de 1999, a lagoa passou a ser palco de encontros para a comemoração do Dia Mundial da Água, sempre reunindo muita gente como moradores, lideranças locais, ambientalistas, acadêmicos e políticos.

Entre as alternativas econômicas e sócio-ambientais para esta micro-região, desponta-se o ecoturismo, uma vez que alia a exploração econômica com a preservação dos recursos naturais e valorização da beleza da paisagem de montanhas. Entretanto, a boa qualidade da água da lagoa do Teobaldo, e de várias cachoeiras nas suas proximidades, é fundamental para o desenvolvimento desta atividade, que pode contribuir para a melhoria da infra-estrutura e renda da população local. Uma nova perspectiva se abre em termos de divulgação e valorização da lagoa.

Se o leitor tiver interesse em conhecer um pouco mais sobre a lagoa do Teobaldo ou de participar nos trabalhos de preservação, entre em contato com a associação pelo e-mail:

alagoateobaldo@yahoo.com.br.



A Praça dos Pioneiros, no centro de Governador Valadares, ganhou um belíssimo cenário de Natal. E o melhor, a cidade deixou de colocar no lixo milhares de garrafas de plástico tipo pet.

Fotos / Ascom - CDL/GV



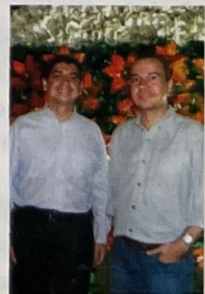
O resultado de tanta dedicação foram mais de 5 mil laços, 9 mil festões, 300 bolas, e ainda, três enormes guirlandas e duas árvores de Natal, uma de onze metros de altura e outra de três metros que enfeitaram o centro da cidade.

Segundo a coordenadora da campanha, Márcia Bernardes, a idéia de transformar o Natal de Governador Valadares utilizando na decoração material reciclável, deu certo. A prova disso foi a integração da população que visitava todo o tempo o galpão onde funcionou a Oficina dos Sonhos, acompanhando de perto a confecção de peças. “Foi gratificante ver prontas as peças que demandaram meses de dedicação de grande parte da comunidade”, afirma.

O envolvimento da sociedade pôde ser comprovado através do trabalho realizado com total integração dos participantes, que fizeram a montagem das peças num clima descontraído.

O Natal de 2005 foi o pontapé inicial de uma campanha que pretende ser ampliada ano a ano até 2008. Para o presidente da CDL-GV, José Álvaro Pimenta, este trabalho é um incentivo à conscientização ambiental em toda a comunidade. “O importante é que neste projeto, que contempla quatro anos, possamos mostrar à sociedade a importância de se preservar o meio ambiente”, diz.

E nós ainda acrescentamos: sem abrir mão do charme e da beleza.



Bom exemplo

Um Sonho de Natal

Governador Valadares teve decoração de recicláveis

Transformar o lixo no luxo, o descartável em belo. Este foi o desafio proposto pelos valadarenses para o Natal de 2005. O resultado foi de encher os olhos de beleza e emoção.

O Natal de 2005 foi especial para a comunidade de Governador Valadares. A Prefeitura Municipal e a Praça dos Pioneiros foram decoradas com enfeites confeccionados com aproximadamente 170 mil garrafas pet arrecadadas em uma grande campanha envolvendo escolas e instituições da cidade. Os participantes concorreram a prêmios individuais (cada lote de 10 garrafas dava direito a um cupom). A campanha “Um Sonho de Natal” foi realizada através de parceria entre a Câmara de Dirigentes Lojistas de Governador Valadares (CDL-GV), Óbvio Comunicação Integrada, Prefeitura Municipal de Governador Valadares e Sindicato do Comércio Varejista de Governador Valadares (Sindicom).

Para a montagem das peças foi

providenciada uma grande estrutura no centro da cidade, chamada carinhosamente de “Oficina dos Sonhos”. Ali, diariamente, durante aproximadamente seis meses, foram cortados, pintados e colados pedaços de garrafas que, como num passe de mágica, transformavam-se em belíssimas peças decorativas. Parte da tecnologia foi buscada em outras cidades do país que já realizaram projetos semelhantes, mas a criatividade local é que fez a diferença.

O trabalho ocupou mais de 60 voluntários indicados por 14 instituições de cunho social do município, entre elas a APAE, o Hospital Samaritano, a Paróquia Cristo Redentor e escolas. As instituições concorreram a computadores e entre os voluntários foi sorteado um DVD.



Fotos / Márcia Lima

Bom exemplo

Plano da bacia do Doce

Construção participativa

Destacar o Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Doce, nosso CBH-Doce, como bom exemplo, é valorizar a busca de integração e participação de todos os segmentos na gestão de nossas águas, agregando, sem distinção, as bacias dos rios afluentes.

O CBH-Doce chegou em dezembro de 2005 aos três anos de idade. É ainda uma criança, um jovem membro da jovem família do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Ele e seus irmãos, no São Francisco, no Paraíba do Sul, no Piracicaba paulista, estão aprendendo os primeiros passos e balbuciando as primeiras palavras. Como em toda família, os pais começam a liberar os mais velhos autorizando-os a lidar com dinheiro (no nosso caso, leia-se cobrança pelo uso da água, já instituída e experimentada no Paraíba do Sul, o famoso CEIVAP, e recém-iniciada no Piracicaba/Capivari/Jundiá, o conhecido PCJ). Tem o jovem rebelde, o São Francisco, causando polêmica nacional em torno da utilização dos seus recursos hídricos. Cada um a seu modo, os comitês federais vão construindo a história da

gestão das águas no país.

Mas, o nosso Doce, talvez por influência do nome, parece querer dar o bom exemplo para os irmãos de como fazer uma gestão verdadeiramente compartilhada e democrática. Prudente, vai conquistando aos poucos a confiança dos segmentos que compõem seu colegiado e agregando os comitês das bacias dos rios afluentes. Às vezes consegue dar longos passos, outras vezes tem que retroceder, voltando para buscar um companheiro que desanimou ou se perdeu. A prova de fogo foi a construção coletiva das diretrizes para elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Doce (PRH-Doce).

Desde setembro de 2004, seguindo deliberação do colegiado que aprovou a agenda de atividades do comitê, foi formado um Grupo de Trabalho (GT) para

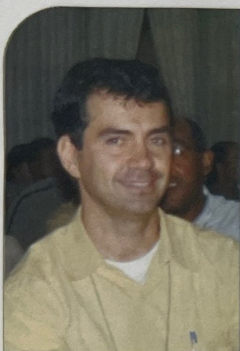
propor essas diretrizes. Em junho de 2005, a secretaria executiva organizou um seminário aberto não só aos membros do CBH-Doce como a convidados de vários segmentos e membros dos comitês estaduais e comissões pró-comitês (afluentes mineiros e capixabas). A presença de mais de cem pessoas confirmou que o caminho estava certo: oportunizar a ampla participação.

Seguiram-se encontros de presidentes de comitês em Minas e Espírito Santo, reuniões de segmentos, trocas de e-mails, criação de um grupo de discussão na internet, palestras, debates, contratação de consultores, trabalho e mais trabalho. Quando se imaginava que estavam acertadas as arestas, voltava a discussão à estaca quase zero. Entre idas e voltas foram mais seis meses de discussões em GTs, internet, seminários, comissão especial e plenárias. Houve momentos em que um ou outro quis “chutar o balde”, como se diz no interior. Mas, o que é mais importante: o comitê não desistiu de fazer uma proposta de plano de bacia realmente democrática, participativa e, sobretudo, que reflita os anseios de cada segmento e cada pedacinho do território do Doce.

Finalmente, no dia 13 de dezembro de 2005, dia do “aniversário” do Doce (dia de Santa Luzia, em que os portugueses avistaram pela primeira vez a vastidão da foz do nosso rio, há mais de 500 anos), foram aprovados os Termos de Referência para contratação do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Doce (PRH-Doce). Ou seja, ficaram definidos os parâmetros de como deve ser elaborado este plano, o escopo mínimo que ele deve conter e garantida a ampla participação da sociedade durante seu processo de construção, o que deve demorar ainda cerca de um ano e meio.

Mas o Doce não tem pressa. O plano é possivelmente o instrumento de gestão mais importante e dará estrutura e embasamento para a implementação dos demais: enquadramento dos corpos d'água, outorga, sistema de informação e cobrança pelo uso da água. O PRH-Doce vai determinar as prioridades de investimento na bacia. Tudo será feito passo a passo, com prudência e consistência.

É o Doce confirmando sua vocação.



Interpretação de Indicadores

Ferramenta de planejamento da bacia

Marco Antônio*

Falar, pensar e agora agir tendo a bacia hidrográfica como referência é coisa recente (parabéns Lei 9.433 por seus oito aninhos recém-completados!). Para conhecer o Brasil sob a ótica da gestão de águas e organizar seu planejamento, a SRH/MMA está desenvolvendo o Plano Nacional de Recursos Hídricos.

Com a aprovação da Deliberação nº 30, em 2003, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos instituiu a divisão hidrográfica nacional: o Brasil foi dividido em 12 regiões hidrográficas. Atualmente, cada uma delas está recebendo um caderno regional, com dados e informações que permitem a definição de cenários futuros.

A bacia do rio Doce está inserida na região hidrográfica Atlântico Sudeste, formada pelas bacias dos rios que deságuam no Oceano Atlântico, no trecho compreendido entre a bacia do rio Doce, ao Norte, e bacia do rio Ribeira do Iguape - já em terras paranaenses - ao Sul; engloba as bacias dos rios Paraíba do Sul, Itabapoana e Itapemirim, dentre outras.

O valor econômico e cultural dessa região é do tamanho da história do Brasil. Basta dizer que estão incluídas a Baixada Santista, aos pés da "muralha", a cidade e todo o estado do Rio de Janeiro e a Grande Vitória: desde sempre as principais portas fluviais brasileiras, que por sua vez determinam um grau de ocupação, produção e consumo que vai se diluindo com a distância no sentido do interior.

A região está integralmente inserida no bioma Mata Atlântica (com transições para o Cerrado nas altas cabeceiras ocidentais dos formadores do Doce). O que dizer, do que não tenha sido dito, a ferro e fogo, da Mata Atlântica? Como não retornar na história para compreender os muitos contrastes registrados?

No Brasil, a grande massa dos dados sócio-econômicos se identifica por municípios. Para a região

Atlântico Sudeste, foram pesquisadas mais de 2 mil informações, cuja organização e combinação ajudam muito a nos conhecer melhor.

Os números mostram um absurdo adensamento populacional em alguns municípios litorâneos, principalmente na Baixada Santista e no Grande Rio, onde a taxa de urbanização chega a 100%; mostram uma produção heterogênea, com picos de PIBs concentrados em determinados pólos; uma agricultura que ocupa vastas áreas, consome muita água e apresenta performance pífia no PIB, quando comparada com a indústria e os serviços. Mostram o PIB do setor de serviços crescendo em toda a região, algumas vezes ultrapassando a indústria.

Fato curioso é que a socioeconomia tem uma relação de desempenho inversa da qualidade ambiental. Os picos no PIB estão ligados, via de regra, à perda de qualidade na água; o adensamento populacional associa perda de qualidade a situações críticas de disponibilidade de água, como em cidades litorâneas. Em regiões das cabeceiras do rio Suaçuí, a extração de mata nativa para produção de carvão está associada aos mais baixos números do IDH e do PIB da região hidrográfica. Na equação do desenvolvimento, os passivos ambientais ainda são muito pouco considerados. E essa história, o rio Doce conhece bem.

No contexto socioeconômico da região Atlântico Sudeste, a bacia do rio Doce segura a lanterna em muitos indicadores. Por outro lado, tem uma relação razoável entre disponibilidade e demanda de água, bem como outros fatores que favorecem o desenvolvimento. Quanto a ser sustentável, vamos no caminho do planejamento, temperado pelo universo das combinações e interpretações dos indicadores. Além de, claro, ser desenvolvido no bojo da participação coletiva.

*Marco Antônio Fernandez é arquiteto, especialista em engenharia sanitária e ambiental e especializando em gestão de responsabilidade social. Trabalha com o meio ambiente na bacia do rio Doce desde 1990.

Usina Hidrelétrica

Mudanças no per

Há muitos anos avalia-se a viabilidade da instalação de hidrelétricas na porção baixa do rio Doce. As primeiras análises neste sentido foram realizadas ainda na década de 60. De lá para cá vários estudos foram feitos por diversas entidades até que, em 1989, a Eletrobras elaborou o inventário completo do rio Doce, que identificou 12 opções de localização de barragens no trecho situado entre Governador Valadares e o Oceano Atlântico. A Usina Hidrelétrica de Aimorés (UHA) faz parte de uma série de empreendimentos hidrelétricos previstos para esse trecho do rio Doce.

A UHA tem capacidade para gerar 330 Megawatts, energia suficiente para abastecer o equivalente à população da capital Vitória (ES) e sua região metropolitana. A Usina é projetada para trabalhar no regime fio d'água, ou seja, toda água que chega ao reservatório retorna para o rio Doce após um desvio que passa pela casa de força, cerca de 12 km abaixo da barragem, no município de Aimorés/MG, a poucos quilômetros da divisa com o Espírito Santo.

As obras da usina começaram em junho de 2001 e terminaram em 2005, gerando cerca de 4 mil empregos diretos na construção da barragem. A Usina Hidrelétrica de Aimorés é um empreendimento da Companhia Vale do Rio Doce, CVRD, e da Companhia Energética de Minas Gerais, CEMIG, que formaram o Consórcio da Hidrelétrica de Aimorés, conhecido como CHA.

MUDANÇAS NA PAISAGEM

O lago formado (reservatório) pelo

barramento do rio Doce tem 30,9 km² de área e abrange os municípios mineiros de Aimorés, Itueta e Resplendor. O enchimento do reservatório foi concluído no dia 30 de dezembro passado, após a concessão da Licença de Operação (LO) pelo IBAMA.

Em função do surgimento do lago, a cidade de Itueta, emancipada em 1949, foi completamente destruída. A maioria dos seus quase seis mil habitantes mudou-se para a nova Itueta, cidade construída às margens da rodovia do café, entre Resplendor e Aimorés, a cerca de 18 km do local da antiga, que ficou debaixo d'água. Vários quilômetros de trilhos da estrada de ferro Vitória-Minas também foram deslocados. A estação, construída em 1927, foi demolida. Trechos de fazendas foram alagados e diminuiu sensivelmente o volume de água correndo na área urbana de Aimorés. O surgimento do lago mudou também a paisagem em Resplendor, onde o nível da água do rio subiu.



ica de Aimorés

fil de uma região

ITUETA

De agosto a dezembro de 2004 a nova Itueta recebeu seus moradores. A nova cidade foi projetada de acordo com referências e conceitos modernos de urbanismo, com projeções de crescimento futuro. Ruas asfaltadas, esgoto e água tratados, moradia para a população carente, equipamentos públicos modernos, opções de lazer e cultura, diversificação de comércio. Segundo o CHA, foram gerados 2 mil empregos durante o período de construção da cidade.

As medidas compensatórias ao município foram negociadas entre o Consórcio Hidrelétrico de Aimorés, a Prefeitura Municipal e a Associação dos Moradores da Cidade de Itueta (AMI) - criada para esse fim - mas que até hoje, um ano após a mudança, ainda não se chegou a um consenso sobre elas. Não há árvores frutíferas nos quintais nem para as crianças brincarem, e as mudas, plantadas nas praças e ruas ainda estão jovens.

RESPLENDOR

Em Resplendor apenas as áreas que seriam atingidas pelo reservatório foram relocadas com a construção de um bairro novo, com 163 lotes e 126 casas populares. Alguns prédios e áreas públicas, como o quartel da Polícia Militar, o Centro Municipal de Saúde e o aterro sanitário foram relocados.

Para proteção da cidade foram construídos três diques na margem esquerda e dois na margem direita do rio Doce; algumas estradas em torno foram alteradas; córregos foram canalizados. Foi implantado um sistema de drenagem pluvial através de tanques de acumulação e bombeamento das águas das chuvas (piscinões), uma rede para drenar a água de maneira a controlar a elevação do lençol freático decorrente da subida do nível do rio e duas Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs).

Além dos trabalhos de proteção, o CHA assumiu uma série de obras entre as medidas

compensatórias, como expansão da rede de esgoto para toda a cidade, revitalização de praças, da rodoviária e construção do Laboratório Municipal de Análises Clínicas, algumas ainda em fase de execução.

AIMORÉS

Em Aimorés, o distrito de Santo Antônio do Rio Doce, área mais próxima ao canteiro principal de obras, recebeu ETE, ETA (Estação de Tratamento de Água), calçamento das ruas, construção de escola, quadra poliesportiva, campo de futebol, iluminação pública e reforma da praça pública. As obras estabelecidas como medidas compensatórias na sede do município só deverão começar a ser executadas no mês de março. O acordo inclui urbanização da orla do rio Doce, construção de trevo, asfaltamento de ruas e da avenida central, construção de drenagens pluviais, infra-estrutura para o abatedouro municipal, entre outras obras.

SANEAMENTO E ECONOMIA

Boa parte das medidas compensatórias nos três municípios foi aplicada em estruturas de saneamento ambiental. Segundo o CHA, foram investidos aproximadamente R\$ 15 milhões neste setor, incluídos aí coleta e tratamento de 100% do esgoto sanitário, destinação adequada dos resíduos sólidos urbanos em aterros sanitários controlados, canalizações de córregos que recebiam esgoto in natura, drenagem pluvial, entre outras intervenções.

Ainda é cedo para avaliar os reflexos da implantação da usina na economia da região, mas, durante o período de construção, Aimorés foi o município que apresentou maior crescimento do seu PIB em Minas Gerais (cerca de 137%). Resplendor, Itueta e Baixo Guandu (ES) também usufruíram deste aumento de divisas. Restaurantes, postos de combustível, hotéis, farmácias e supermercados obtiveram um crescimento significativo durante os últimos 4 anos.

Confiança no futuro

A ADERE acompanhou efetivamente o processo de construção da Usina Hidrelétrica de Aimorés. Fizemos manifestações, colocamos faixas nas ruas, mas principalmente exercemos nosso papel de interlocutores entre o CHA e a comunidade, mesmo que os contatos nem sempre tenham sido amigáveis. Entendemos que não podemos parar o progresso, mas, como ambientalistas, queremos ver consolidadas idéias nas quais acreditamos.

Temos que confiar na segurança e qualidade das obras realizadas em nossa cidade, especialmente no caso dos diques, afinal as empresas envolvidas são idôneas e sérias. Queremos acreditar no compromisso da Companhia Vale do Rio Doce e da Cemig com o meio ambiente, pois sabemos da responsabilidade e do compromisso que essas empresas têm em minimizar estes impactos ambientais. Por isso, acreditamos haver uma boa solução para Resplendor no final desta história.

Gostaríamos que tivesse havido mais transparência e realismo nas propostas dos empreendedores. A maneira como o projeto foi apresentado gerou uma expectativa muito grande na comunidade. Parecia que Resplendor ia ser transformada numa cidade modelo, a "Copacabana do Doce". Entretanto, a prática decepcionou o povo.

Veja o caso das Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs), realizadas como medidas compensatórias. Par nós, ter 100% do esgoto tratado é a concretização de um sonho. Mas, a simples construção não vai resolver. A prefeitura não dispõe de recursos para realizar as ligações domiciliares à rede mestra; a população não quer arcar com os ônus pelo tratamento do esgoto. Assim, se não houver um acordo, as ETEs podem tornar-se verdadeiros elefantes brancos.

Alba Valéria

Pres. Assoc. Defesa Ecológica
de Resplendor - ADERE

OPINIÕES**Investimento audacioso**

A Usina Hidrelétrica de Aimorés trouxe investimentos que há muito tempo não são vistos na região do médio rio Doce. Foi um audacioso projeto empreendido pela CVRD e Cemig.

É facilmente perceptível a significativa melhora na qualidade de vida, diretamente para as comunidades de Aimorés, Itueta e Resplendor e indiretamente para a região vizinha, uma vez que além de investir R\$ 700 milhões no empreendimento, mais de R\$ 15 milhões foram gastos em obras de saneamento, que contribuem para a despoluição do rio Doce e afluentes.

Já na fase de geração comercial parcial, na qual nos encontramos, e principalmente, após a operação plena da Usina de Aimorés, estes municípios terão um incremento na arrecadação mensal, que em alguns casos multiplicarão até 5 vezes a capacidade de investimentos públicos.

É um horizonte singular dentro da realidade brasileira.

Márcio Luiz Maia

Dir. Meio Ambiente Usina Hidrelétrica de Aimorés

Aimorés não será mais a mesma

Os problemas que foram criados em Aimorés, provavelmente não serão resolvidos por ninguém. Nem mesmo com as compensações que o consórcio tem que fazer na cidade (e que só começarão em março).

Os royalties a que a cidade terá direito, não serão como imaginados, pois serão divididos entre as cidades de Itueta, Resplendor e Aimorés.

Considero também que o apoio que tivemos da Cipe Rio Doce deixou a desejar. No momento mais crítico das negociações eles informaram que não estavam abertos para discutir. Os mesmos representantes da Cipe que há pouco tempo queriam a usina, agora estão contra o empreendimento e colocando a culpa de todos os males no CHA.

Rogério Borges Rocha

Coord. Comissão Pública Pró-Aimorés

Minimizar impactos

Analisando com tranquilidade, entendemos que as obras feitas em nossa cidade são necessárias, tanto para gerar energia quanto para a segurança da população, principalmente da zona norte, através dos diques. Só que a execução da obra vem trazendo muito transtorno para a cidade. O calçamento acabou! E o consórcio não refez o calçamento da cidade, como estava previsto no acordo. O trabalho está muito lento, os prazos estão vencidos.

Alguns acontecimentos têm desgastado a população e existem pendências como o aterro sanitário que não está operando; o abatedouro que foi deslocado da margem do rio e ainda não voltou a funcionar e o trânsito nas ruas que, às vezes, fica interditado por muito tempo. Por outro lado, a população do bairro novo está muito satisfeita, porque eles eram inquilinos que viviam às margens do rio e agora têm suas casas novas, com boa estrutura. Mas, mesmo no bairro novo percebe-se a falta de uma praça, de um ponto de ônibus, etc.

A usina é necessária! Queremos a obra, no entanto, precisamos ser minimamente impactados. O consórcio deve cumprir sua parte com medidas compensatórias para minimizar o sofrimento da população.

Almir de Souza Muniz
Prefeito de Resplendor

Renascendo das águas

Itueta ainda está sob o impacto da enorme interferência. A cidade é o ponto de referência do seu povo. É necessário tempo e força de vontade para desenvolver uma ligação com o novo ambiente. Desenvolver novos paradigmas.

Muitos moradores já se acostumaram à nova vida, pois mudaram para uma situação de maior segurança (muitas famílias ganharam casa, outras um lote e ajuda para construir); o que lhes trouxe mais conforto, pois viviam em imóveis muito antigos. No entanto, muitos não conseguem desligar os antigos laços afetivos, criar afinidade com a nova situação pois a mudança interferiu na casa, móveis, quintais, vizinhos, etc...As crianças reclamam muito, pois sentem falta das árvores e frutas (havia uma enorme fartura de frutas e hortaliças na antiga Itueta).

Faltou por parte do CHA um bom trabalho no lado emocional. Este foi, aliás, possivelmente o maior ponto falho de todo o empreendimento, pois o ser humano foi o menos cuidado. Do ponto de vista

físico, existem ainda fatores que dificultam a adaptação, como imóveis com problemas de construção e demora na solução desses problemas.

Sabemos que a solução está vindo, pois o empreendedor não pode se furtar às responsabilidades, porém o atingido, com razão, não quer esperar. Existem algumas pendências, ainda sem solução, com relação a negociações de particulares e com a municipalidade.

Itueta vê a Usina e tudo que ela trouxe como um enorme furacão que revolveu nosso mundo, expôs nossas fragilidades, criou expectativas de renovação e vai se afastando devagar sem que tenhamos tido oportunidade de escolha, ou de realização da renovação sonhada. Será que não é tempo de buscarmos energia de formas menos agressivas e que não custe tão caro? Afinal nossa memória, o desgaste emocional e da natureza, não têm preço.

Só conseguimos visualizar a extensão dos impactos quando os estamos vivenciando. Acreditamos entretanto que numa cidade com 100% de esgoto tratado, aterro para resíduos sólidos e outros cuidados ambientais (se realmente todos

forem cumpridos pelos CHA) ganharemos em qualidade de vida. Não há como negar que a região sofreu mudanças positivas, com injeção de investimentos na economia. Acreditamos e esperamos que, se implantados programas eficazes de reativação da economia, como reza o PCA, as oportunidades realmente virão. Estes programas, porém ainda nos parecem utopia.

No fim, todas as experiências são enriquecedoras. Se conseguirmos superar os desgastes e levantar o ânimo do nosso povo, poderemos dizer que valeu a pena. Nossos pais e avós trabalharam na construção e emancipação do município, em uma época em que tudo era mais difícil. Hoje, com a tecnologia existente e a evolução do direito, se conseguirmos a atenção especial que o nosso povo precisa e merece, com um bom trabalho que venha a resgatar sua auto estima, com certeza poderemos dizer que "ITUETA É A FÊNIX DAS ÁGUAS".

Ruth Vello Cremasco Tavares Soares
Pres. Assoc. Moradores
da Cidade de Itueta (AMI)

FRUSTRAÇÃO

Estamos inicialmente todos frustrados. A usina não atingiu a expectativa almejada pelo povo e município. Parece que a administração anterior não informou e orientou a população sobre o impacto. O visual da cidade não é satisfatório. As condicionantes ainda não foram todas concluídas assim como o termo de compromisso. As obras a serem realizadas nem sequer tiveram início.

Todos os setores de forma direta ou indireta foram prejudicados, mas, o Departamento Municipal de Saúde é o mais solicitado, portanto é o que vem mais sofrendo com o baixo nível de água. As medidas compensatórias ainda não foram cumpridas, portanto são insuficientes até o momento.

Até hoje não nos foi concretizado o valor dos *royalties*, desencadeando obstáculos nos planejamentos.

Poderemos dizer que a vinda da hidrelétrica para a região valeu a pena se as condicionantes forem cumpridas e o termo de compromisso for fielmente executado pelo CHA; se o valor dos *royalties* conferir com as medidas de área alagada do município e se o ICMS for total para Aimorés, onde está localizada a casa de força.

Alaerte da Silva
Prefeito de Aimorés

Aprendizado e aprimoramento

Neste momento, quando o lago da hidrelétrica de Aimorés atinge sua cota plena, entendemos que a discussão sobre o empreendimento deve ser feita sob dois enfoques distintos.

O primeiro, mais pragmático, é sobre os fatos e impactos na região do entorno do empreendimento, onde, pela situação de fato consumado, nos permite uma discussão pertinente e válida, para a região, apenas sobre as ações compensatórias e mitigatórias, a saber: As medidas estabelecidas são adequadas? São justas, tanto para o empreendimento, quanto para as comunidades afetadas pelo empreendimento? As condicionantes estabelecidas foram cumpridas? Os prazos estabelecidos foram honrados? A sociedade está satisfeita com a permuta (perda x compensações) ou há que se pleitear mais ações por parte do empreendimento?

É uma discussão que deve ser muito bem conduzida pelos líderes formais das comunidades afetadas, para garantir representatividade, justiça e qualidade positivas ao processo e, ainda, principalmente, que seja um processo salutar com começo, meio e fim.

O segundo, com maior abrangência, é o estudo e avaliação global de todo o processo de implantação do empreendimento em todos os seus aspectos, para aprendizado e aprimoramento das ações a serem adotadas em novas empreitadas, de mesma natureza, que muito certamente tomarão a ocorrer na bacia do rio Doce. Isto permitirá que novos empreendimentos sejam realizados com menos erros, mais justiça e menos desgaste entre as partes.

O fórum para discussão e trabalho deste ponto é o comitê da bacia. Ali há representação de todos os segmentos; as idiosincrasias de cada localidade são conhecidas e respeitadas; e todo o potencial de passionalidade é minimizado por ser um ambiente com muito respaldo técnico.

Assim esperamos que o assunto seja considerado nas discussões do comitê, com prioridade e importância que merece.

Ricardo Salgado Rocha
superintendente executivo do Instituto Terra

CONTRO VERSAS

Durante o período de apuração dos dados, a reportagem da REVISTA ÁGUAS DO RIO DOCE detectou denúncias de descumprimento de prazos e acordos por parte do Consórcio da Hidrelétrica de Aimorés. As informações foram passadas à coordenação de comunicação do CHA que apresentou suas justificativas.

Procurado pela reportagem para esclarecer os pontos conflitantes, o gerente regional do Ibama, em Governador Valadares, João Alves, não se manifestou. O prefeito de Itueta, Alcino Nicoli, não se pronunciou sobre o empreendimento por orientação do assessor jurídico da prefeitura, doutor. Nilson Daros, já que o município tem pendência judicial contra o CHA.

O aterro sanitário de Resplendor ainda não está em operação - Segundo a assessoria do CHA, o aterro sanitário de Resplendor, que também atenderá a cidade de Itueta, já está pronto, licenciado e equipado. A operação ainda não foi iniciada por que está sendo feita a capacitação dos funcionários. Este é o mesmo motivo pelo qual o aterro sanitário de Aimorés também ainda não entrou em operação.

Obras em Resplendor estão atrasadas - O CHA informa que as obras obrigatórias estão prontas e entregues à municipalidade. As medidas compensatórias, como a rede coletora de esgotos, que estavam fora do cronograma, serão concluídas neste semestre.

Medidas compensatórias em Aimorés não foram cumpridas - A assessoria esclarece que as obras terão início em março, conforme acordo prévio.

O CHA abandonou trabalhadores prejudicados com as

COMITÊ, FÓRUM PERMANENTE

O processo de implantação da Usina Hidrelétrica de Aimorés também foi acompanhado pelo CBH-Doce. Entre outras atividades, o comitê abriu espaço para que as diversas partes pudessem se manifestar, em uma de suas assembleias gerais, ocorrida nas instalações do Instituto Terra, no município de Aimorés. Além de ter sido um fórum para ampliar o diálogo entre os representantes da comunidade atingida e os empreendedores, foi uma oportunidade para que os órgãos gestores de recursos hídricos e o IBAMA se manifestassem, expressando opiniões e pareceres técnicos sobre o empreendimento e permitindo à sociedade melhor compreensão de tema tão importante.

Este é o verdadeiro papel do comitê: proporcionar aos diversos segmentos da sociedade da bacia, um fórum permanente de discussões sobre a utilização de seus recursos hídricos, de maneira a fomentar o desenvolvimento com responsabilidade social e ambiental. Através de suas câmaras técnicas e grupos de trabalho, o comitê viabiliza a discussão que subsidiará decisões em temas que, ainda que polêmicos, são de vital importância para o desenvolvimento sustentável da bacia do Doce.



Vitor Feitosa
secretário executivo do CBH-Doce



VIGILÂNCIA E DISPONIBILIDADE

A Cipe Rio Doce realizou seis audiências públicas ao longo do ano de 2005, proporcionando espaço para as comunidades se manifestarem e a abertura para o diálogo entre as partes. Institucionalmente ainda encaminhou um documento ao Consórcio da Hidrelétrica de Aimorés (CHA) apresentando várias reivindicações, entre elas a de que todas as condicionantes exigidas pelo IBAMA estivessem cumpridas dentro do prazo determinado, ou seja, até o final de abril de 2006.

A Comissão solicitou ao IBAMA que não liberasse a Licença de Operação (LO) da Hidrelétrica na cota 90 metros antes de estarem concluídas todas as condicionantes e medidas compensatórias e isso foi defendido em todas as audiências. Após a liberação da licença e enchimento do reservatório é preciso que as entidades e comunidades mantenham-se organizadas e coletivamente exijam o cumprimento das condicionantes. Nesta nova fase, novos impactos podem surgir e será necessária uma negociação permanente com CHA. Uma nova audiência deverá ser realizada pela Cipe depois do fim do prazo para o cumprimento das condicionantes e medidas compensatórias pelo CHA. Na oportunidade será discutido o resultado das negociações e verificada a realidade das comunidades após o enchimento do reservatório.

O compromisso com as comunidades, associações de ribeirinhos, pequenos agricultores, pescadores, entre outros, e a vigilância da Cipe continuam e a comissão também acompanha as negociações do CHA e da CVRD com o povo Krenak. Entendemos ser fundamental o respeito para com as questões relacionadas aos impactos ambientais e sociais nas terras Krenak. Em maio, está prevista a realização de um fórum técnico, convocado pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais a partir da Cipe, para discutir todas as barragens da bacia do rio Doce.

Elisa Costa
Deputada Estadual

mudanças, especialmente na cidade de Itueta, como pescadores e doceiras - No caso dos pescadores, a assessoria informou que foi apresentado um termo de compromisso esclarecendo que nenhuma atividade econômica seria indenizada, mas o CHA daria condições para a continuação das atividades, através do fornecimento de equipamentos para pesca no reservatório e apoio institucional para as associações de pescadores. Segundo a assessoria do CHA, os

pescadores de Aimorés e Baixo Guandu assinaram o termo. Os de Resplendor exigiram tanques rede, o que não foi permitido pelo IBAMA. Em Itueta, pescadores e doceiras entraram com uma ação na justiça interrompendo o processo de negociação para a formação de uma cooperativa que visaria à diversificação e ampliação da produção. Informaram ainda que o consórcio mantém a proposta original, caso desistam da ação judicial.



Pedro Chagas*

Um olhar do legislativo sobre a bacia do Doce

Nas democracias modernas, a função do poder legislativo não mais se restringe, obviamente, à atividade típica de elaboração e revisão das leis que regem a vida dos cidadãos. É cada vez mais relevante, e as CPIs são exemplos contundentes disso, o papel constitucional dos parlamentos no exercício do controle externo dos atos da Administração Pública, ou seja, o de fiscalizar os atos do Executivo, não só do ponto de vista financeiro e orçamentário, mas, principalmente, quanto à eficácia das políticas públicas específicas. Além disso, o parlamentar, por meio do mandato que o povo lhe conferiu, tem a missão de representar os eleitores, propondo medidas e buscando recursos junto ao governo para projetos que tragam melhorias para a população.

A Assembléia Legislativa de Minas Gerais vem buscando, desde o processo constituinte estadual de 1989, estimular o exercício da cidadania e a participação política no Estado. Esse esforço vem ganhando corpo por meio de inúmeras iniciativas que buscam não só o fortalecimento institucional, mas uma constante interlocução com a sociedade, como a criação da Escola do Legislativo, da TV Assembléia, de página na internet e a formação de um corpo técnico profissional.

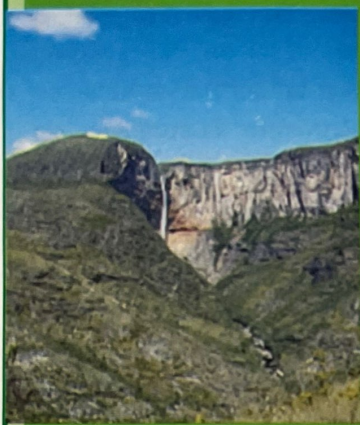
Vale ressaltar, nesse sentido, a valorização da atuação das comissões permanentes e temporárias da Casa (CPIs e Comissões Especiais), que promovem reuniões na sede da Assembléia e no interior do Estado, com o objetivo de discutir, em audiência pública, as mais variadas questões de interesse da coletividade. Outras formas de aproximação com o cidadão são os seminários legislativos, fóruns técnicos e ciclos de debates, selecionados por temas específicos, como educação, cultura, meio ambiente, segurança pública, etc, cuja organização conta com ampla participação popular. Em todas essas atividades, é constante a presença da Assembléia de Minas nos municípios da bacia do rio

Doce.

Ao propormos um olhar do Legislativo sobre a bacia do Doce não podemos deixar de mencionar os trabalhos da **Comissão Interestadual Parlamentar de Estudos para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia Hidrográfica do Rio Doce**, a Cipe Rio Doce. Desde 1999, a Comissão reúne deputados das Assembléias Legislativas dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo com o objetivo maior de congregar esforços políticos e técnicos para a recuperação ecológica, econômica e sociocultural da bacia do rio Doce. São inúmeras as reuniões, visitas técnicas e audiências públicas para debater os mais variados temas, como a questão das cheias, os barramentos e seus efeitos (notadamente o da UHE Aimorés) e o saneamento ambiental. A atuação pioneira dessa comissão deve ser enfatizada, especialmente no que diz respeito ao suporte político às demandas da coletividade, como o que se verificou durante a fase de formação dos comitês federal e estaduais, e mais recentemente, na coordenação do Projeto Rio Doce Limpo, um valioso instrumento para a despoluição dos esgotos urbanos da bacia.

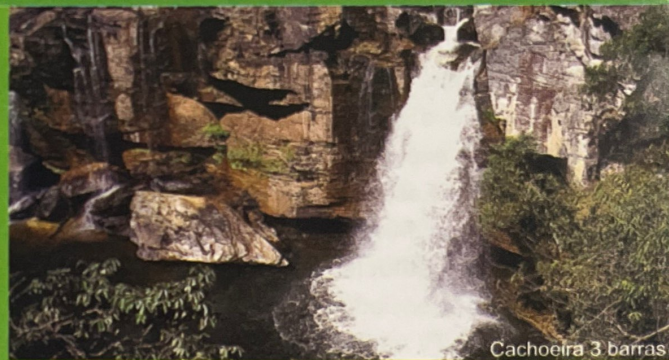
Agora, com os comitês de bacia se estruturando e os órgãos gestores federal e estadual atuando de forma integrada, é fundamental que vereadores, deputados estaduais ou federais e senadores com atuação na bacia sejam envolvidos no esforço de revitalização dessa porção do território brasileiro compartilhada por capixabas e mineiros. Creio que cabe a nós, cidadãos da bacia do Doce, a tarefa de envolver os parlamentares nesse processo, de forma que tenhamos lideranças políticas comprometidas com a elaboração de leis condizentes com os interesses da sociedade, com a devida fiscalização das ações do Executivo e com a busca de recursos assegurados para projetos de desenvolvimento sustentável.

*Pedro Chagas Lucca é engenheiro agrônomo, bacharel em Direito, especialista em gestão ambiental, consultor legislativo da área de meio ambiente da ALMG, assessor da Cipe-Rio Doce, natural de Inhapim, no médio rio Doce.



Visite Conceição do Mato Dentro

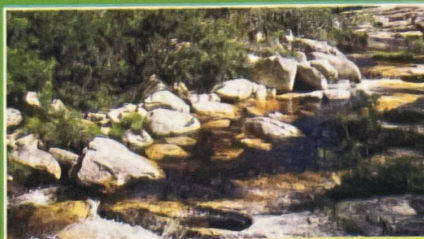
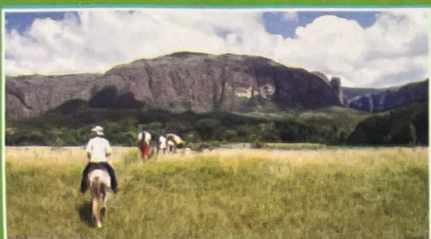
A Capital Mineira do Ecoturismo



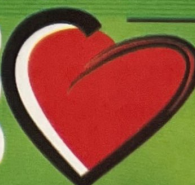
Cachoeira 3 barras



Canyon Pelxe Tolo



P R E F E I T U R A
CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO



www.conceicaodomatodentro.com.br

Fotos: Henry Yu / Diagramação: Revista Em Foco Estrada Real

Giro pela bacia

Três consórcios são tema do nosso Giro pela Bacia nesta edição: no Espírito Santo, as parcerias entre municípios, estado e iniciativa privada comemoram a solidez do Consórcio Intermunicipal de Resíduos Sólidos do Norte do Espírito Santo e do Consórcio Intermunicipal para Recuperação Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Guandu. Em Minas Gerais, um consórcio de meio ambiente, prevenção e controle de cheias começa a se delinear na bacia do rio Caratinga, impulsionado pela ação do comitê.

Recuperação é a meta

A bacia do rio Guandu ocupa uma área de 2.145,662 km² e tem uma população estimada de 90.000 habitantes. O Consórcio do Rio Guandu foi instituído em 1997. Tem representação dos municípios de Afonso Cláudio, Brejetuba, Laranja da Terra e Baixo Guandu, através dos prefeitos, e a presença do estado do Espírito Santo, através da Secretaria de Meio Ambiente. Conta ainda como parceiros importantes, a Fundação Nacional de Saúde, a Escelsa, a Cesan e representações das câmaras legislativas.

Através do consórcio, os prefeitos têm atuado em conjunto na busca de recursos, priorizando a visão de bacia. Em recente viagem a Brasília, reuniram-se com a bancada federal do ES para solicitar recursos para tratamento de esgoto da cidade de Afonso Cláudio. "O investimento foi considerado prioritário para a bacia, já que vai beneficiar toda a população à jusante e não apenas os moradores de Afonso Cláudio", explica a secretária executiva do consórcio, Gilse Olinda Barbieri.

A secretária destaca ainda como importantes conquistas: diagnóstico da bacia, com elaboração de mapas; tratamento de esgoto na sede do município e em distritos de Brejetuba, Laranja da Terra e Afonso Cláudio; continuidade ao tratamento de esgoto da zona rural do município de Afonso Cláudio, e início deste trabalho nos municípios de Brejetuba e Laranja da



Opinião

Nova vida para o rio Guandu

"Desde 2005 na presidência do Consórcio do Rio Guandu, temos procurado meios de garantir medidas efetivas para a preservação deste importante manancial. Os quatro municípios já aprovaram leis específicas garantindo a destinação de 0,5% do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) para manutenção das atividades do consórcio, uma vez que sem recursos torna-se impraticável a busca de soluções efetivas para garantir vida longa ao nosso rio Guandu."

Lastênio Luiz Cardoso,
prefeito de Baixo Guandu, presidente do Consórcio

Terra; construção de um aterro de lixo controlado em Brejetuba e de um aterro sanitário em Afonso Cláudio; construção de uma unidade de tratamento de lixo em Baixo Guandu; o aumento do envolvimento da sociedade com as questões ambientais; assinatura de convênio de cooperação com Instituto Terra, entre outras.

Consórcio de Resíduos Sólidos é pioneiro na bacia

O Consórcio Intermunicipal de Resíduos Sólidos do Norte do Espírito Santo, primeiro do gênero no estado e único da bacia do rio Doce, foi criado, no final dos anos 90, através de parceria entre os municípios de Colatina, Baixo Guandu, Fundão, Governador Lindemberg, Itaguaçu, Itarana, Jaguaré, Linhares, Marilândia, Nova Venécia, Pancas, Santa Maria de Jetibá, Santa

Teresa, São Gabriel da Palha, São Mateus e São Roque do Canaã, que formaram uma associação civil sem fins lucrativos. Municípios de Colatina, Baixo Guandu, Fundão, Governador Lindemberg, Itaguaçu, Itarana, Jaguaré, Linhares, Marilândia, Nova Venécia, Pancas, Santa Maria de Jetibá, Santa Teresa, São Gabriel da Palha, São Mateus e São Roque do Canaã, que formaram uma associação civil sem fins lucrativos.

O município de Colatina possuía um incinerador para atender ao serviço de saúde que estava sendo subutilizado. "Ao mesmo tempo, as cidades vizinhas lançavam seus resíduos de saúde de forma inadequada no meio ambiente, colocando em risco a saúde pública. Daí surgiu a idéia do consórcio", afirma a Engenheira Agrônoma do Saneamento Ambiental do Saneamento Ambiental, Patrícia Paiva.



Ney Murtha*

Plano de Controle de Cheias do Rio Caratinga

Como contribuição ao debate sobre o processo de controle de cheias do rio Caratinga, gostaria de dizer que, para além das questões meramente técnicas, dos produtos e das ferramentas de controle, há que se refletir também sobre a natureza do problema colocado para o Grupo de Trabalho: a necessidade de reduzir as inundações e seus impactos. A ocorrência de inundações e seus transtornos nada mais são que um sintoma de desarmonia funcional entre comunidade e meio físico. Compreender isso já é um bom começo.

Intervir nesta relação é um desafio complexo e trabalhoso, demanda um esforço para caracterização do problema e muita saliva para buscar na diversidade a pactuação das soluções com os diversos atores envolvidos no âmbito da bacia.

O esforço para compreender a natureza da fúria do rio Caratinga indica que, a exemplo de muitas outras bacias hidrográficas no país, a ocupação humana contribuiu para o aumento das vazões de cheia, com a redução de áreas de cobertura vegetal, compactação e impermeabilização do solo, remoção de matas ciliares e urbanização dos leitos de inundação, além de alterações físicas na calha do rio que reduziram sua capacidade de condução das cheias.

Resultado disso foi a alteração da dinâmica natural das cheias com aumento da frequência de inundações e da magnitude dos prejuízos provocados às populações que vivem na bacia.

Não há a ilusão de que seja possível reconstituir a configuração natural da bacia, mas também não há a presunção de que apenas intervenções físicas sejam solução para este problema. Há que se estabelecer um pacto de convivência harmoniosa entre os ocupantes da bacia e seu habitat,

e assim resgatar a noção de que este constitui patrimônio ecológico da nossa história, da nossa cultura e economia, e como tal deve ser respeitado.

O esforço para a articulação dos diversos atores institucionais relacionados ao problema mostra-se uma rica experiência de abordagem da questão das inundações. O Governo Federal, através do Ministério da Integração Nacional, em parceria com a Agência Nacional de Águas e colaboração da CPRM, participou deste processo, que contou com o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) e outros órgãos de Minas Gerais (IEF, FEAM e COPASA), as prefeituras dos municípios afetados, Organizações Não-Governamentais, Centro Universitário de Caratinga, e com a imprescindível articulação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Caratinga.

A diversidade de visões, um forte assessoramento técnico das empresas contratadas e o compromisso com uma construção coletiva de solução pactuada são as garantias de qualidade deste processo, que não se esgota com as intervenções físicas. Compreende, ainda, ações de educação ambiental, regulação da ocupação do espaço urbano e difusão de técnicas de infiltração e manejo de solo no meio rural. Mais que um projeto com data pra entregar e escopo a cumprir, o que se está construindo em parceria do Estado com a Sociedade Civil é um processo de abordagem multidisciplinar e multisetorial que pressupõe participação, engajamento e compromisso das partes com soluções harmônicas e sustentáveis para a prevenção, controle e convivência com as cheias do rio Caratinga. É o exercício da gestão participativa e descentralizada dos recursos hídricos no âmbito da bacia do rio Doce.

*Ney A. Murtha é mestre em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos e especialista em Recursos Hídricos da Agência Nacional de Águas

Em 2005 o incinerador passou por uma recuperação e modernização com apoio financeiro e técnico do Sanear e da CST (Companhia Siderúrgica de Tubarão), que também doou um veículo para otimização da coleta. Cada município consorciado é responsável pela coleta dos resíduos de serviço de saúde dentro de seu território junto a hospitais, postos de saúde, farmácias, etc. Atualmente, são incinerados uma média mensal de 30 toneladas de resíduos.

Opinião

Fortalecimento da região

"A criação de consórcios é fundamental para o fortalecimento regional, proporcionando uma maior integração, diminuindo os custos e propiciando economia de recursos públicos para investimentos em todas as áreas. O nosso consórcio tem contribuído para a recuperação, conservação e preservação do meio ambiente, promovendo a melhoria da qualidade de vida da população dos municípios consorciados. Ressaltamos, finalmente, o comprometimento dos municípios para o cumprimento das metas estabelecidas."

Romário Bazílio de Souza,
prefeito de Itaguçu e presidente
do Consórcio Intermunicipal de Resíduos
Sólidos do Norte do Estado do Espírito Santo



Consórcio nasce Em função das cheias

Durante pouco mais de um ano, o rio Caratinga viveu o processo de elaboração de um plano de prevenção e controle de cheias (PCC Caratinga), orquestrado pelo comitê da bacia (CBH). O plano contou com recursos e acompanhamento técnico do Ministério da Integração Nacional e atuação de diversos parceiros como Agência Nacional de Águas (ANA), Companhia de Pesquisas em Recursos Minerais - CPRM, Exército Brasileiro, prefeituras e várias instituições membros do CBH que formaram uma Câmara Técnica para acompanhamento do processo.

O plano apontou ações de curto e

médio prazo, estruturais e não estruturais, como levantamento aerofotogramétrico a laser de 80 km do rio Caratinga; limpeza e dragagem de trechos urbanos do rio; melhoramentos em pontes; implantação de instrumentos modernos de acompanhamento do nível da água; construção de estruturas de contenção e educação ambiental específica.

O próximo passo é a constituição de um consórcio reunindo os oito municípios mais atingidos pelas cheias e instituições civis. Esse consórcio, cujo embrião é a própria Câmara Técnica do CBH, irá buscar recursos para continuidade das ações previstas no PCC Caratinga. Deverá também assumir papéis semelhantes aos de uma agência, fomentando a recuperação ambiental da bacia.

Opinião

Projeto Piloto: participação nas tomadas de decisões

"Com o crescimento das áreas urbanizadas, utilizando os fundos de vale, inclusive como artérias viárias, os sistemas de macrodrenagem das cidades vão-se tornando insuficientes. Sua ampliação torna-se por vezes impraticável, mesmo com vultosos investimentos. Evidencia-se, assim, a crescente importância das intervenções ditas não convencionais, como aquelas que aplicam conceitos de retardamento dos escoamentos e de amortecimento dos picos de enchentes, educação ambiental, planejamento e controle do uso do solo, previstas no Plano de Controle de Cheias proposto para o rio Caratinga (PCC-Caratinga).

O sucesso na implantação das ações e obras, deve-se basicamente ao significativo

envolvimento de quase todas as instituições-membros do comitê da bacia, entre elas os setores usuários de água (inclusive pequenas associações agrícolas), centro universitário, poderes públicos municipais e ONGs. O comprometimento dos atores envolvidos ficou evidenciado ao longo de todo o processo, pela constância com que compareceram às reuniões de andamento, monitorando e participando das tomadas de decisões.

É intenção deste ministério estimular, com esse trabalho pioneiro na bacia do rio Caratinga, a criação de um modelo (Projeto Piloto) que oriente o enfrentamento dos problemas de drenagem urbana que afetam a vida das populações em todo o País. A mesma metodologia adquirida ao longo dos estudos do

plano, está sendo utilizada em outros tipos de projeto cuja atribuição seja deste Ministério da Integração Nacional tais como: projetos de barragens, de adutoras, de canalizações, e outros.



Rogério Menescal, diretor de obras hídricas
do Ministério da Integração Nacional

mais resistente muito mais durável

www.duralipto.com.br



EUCALIPTO IMUNIZADO EXTRA RESISTENTE

Proveniente de espécies de alta densidade, o eucalipto imunizado DURALIPTO apresenta elevada resistência mecânica, o que garante maior segurança e durabilidade à sua construção.

A madeira é tratada sob vácuo-pressão em autoclave, de acordo com as normas da ABNT e com rígido controle do processo e da qualidade das peças.

ASSOCIADO A



www.duralipto.com.br



Gestão ambiental e gestão dos recursos hídricos

Caminhos da integração

Patrícia Boson*

Desde a promulgação da Lei nº 9.433/97, nos impõem dúvidas sobre questões da integração entre a gestão ambiental e a gestão de recursos hídricos. A gestão ambiental, nesta época (1997), já contava com farto histórico de atuação, iniciado na década de 70, quando se deram os primeiros passos para o estabelecimento do atual Sistema Nacional do Meio Ambiente - Sisnama. Dessa forma, antes de tratarmos dos caminhos para a integração, se faz mister estabelecer as diferenças, ou mesmo, interpretar a intenção dos constitucionalistas quando, apesar do já existente e atuante Sisnama, viram, por bem, a necessidade de criação de um sistema nacional específico para tratar as questões relativas aos usos desse recurso natural, portanto ambiental, dos mais nobres: água.

O Singreh foi estabelecido de acordo com os princípios da Conferência de Dublin, em 1992, primeiro encontro mundial a alertar a humanidade sobre os graves riscos advindos de um processo acelerado de degradação na disponibilidade de água, que, de acordo com a abordagem então apresentada (hoje cientificamente ratificada), colocaria várias regiões do planeta potencialmente sob um severo regime de escassez hídrica. Assim, as principais lideranças mundiais aprovaram a necessidade de se estabelecer, em nível global, sistemas de gestão para o controle dos usos de recursos hídricos, que tivessem por base: a participação de todos os segmentos da sociedade, a descentralização das principais decisões; a garantia dos usos múltiplos; e, acima de tudo, a constatação de que água é um "recurso finito dotado de valor econômico". Dessa forma, o Brasil, sempre atento aos comandos mundiais para a preservação ambiental, instituiu o Singreh, sistema que acata os princípios de Dublin e tem como propósito implementar uma Política Nacional de Recursos Hídricos. Trata-se de um sistema para a gestão dos usos e intervenções na água, por isso a terminologia, corretamente usada, recursos hídricos. Não foi criado, portanto, como alguns temiam (poucos ainda temem) para tomar a si

atividades do Sisnama, que define políticas e executa ações voltadas para a proteção do meio ambiente, incluindo, por óbvio, a proteção das nossas águas.

A própria Lei nº 9.433/97, em vários de seus artigos, pretende deixar de forma clara o papel do Singreh, ao estabelecer limites transparentes de competências e a necessidade da integração com a gestão ambiental. Apenas para citar um único exemplo, tem-se em seu Art. 3º - inciso III, como determinativo: "a integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental". Outrossim, de acordo com os fundamentos, objetivos e diretrizes da Política Nacional de Recursos Hídricos, toda a gestão dos recursos hídricos deve se pautar por princípios éticos sustentados por dois imperativos categóricos: (I) garantia do acesso à água para todos; (II) água disponível para a manutenção dos ecossistemas.

Isto posto, pragmaticamente e de forma bem sintética, considero dois caminhos para essa efetiva integração. O primeiro, a própria estrutura do Singreh, na qual tem-se três níveis de colegiados: nacional - a determinar macro-diretrizes para o País; estadual - a determinar diretrizes regionais, ambos conselhos; e, local - os comitês de bacias hidrográficas que definem diretrizes e ações operativas locais. Tais colegiados, compostos pelos três principais segmentos da sociedade - sociedade civil, usuários da água e poder público, fazem naturalmente a integração prevista. De fato, ao deliberarem políticas e ações de gestão, traduzem o resultado de um acordo advindo de três olhares: social, ambiental e econômico. Ou seja, são e serão sempre decisões que buscam a integração. O segundo, os instrumentos legais de gestão, com destaque para o Plano de Recursos Hídricos e para o Enquadramento em Classes dos Corpos de Água. Este último, por si só, um instrumento cuja implementação já é um determinante da integração, na medida em que ao Sisnama cabe a definição de classes de uso e ao Singreh o processo de enquadramento em si.

*Patrícia Helena Gambogi Boson é assessora do Conselho de Meio Ambiente da Indústria-COEMA/CNI; membro do CNRH; CONAMA e CERH-MG; representante da FIEMG na AGEVAP/CEIVAP

BDMG amplia presença no interior

Disponibilizando linhas de crédito

Para assegurar atendimento às empresas mineiras na própria região em que atuam, o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A - **BDMG** mantém parcerias com entidades setoriais de grande representatividade em todo o Estado, como FCDL, Fecomércio, Federação dos Contabilistas, Federaminas, Fiemg e o Sebrae-MG. O convênio mais recente é o programa SID - Soluções Integradas de Desenvolvimento, firmado em 2003 entre o Governo do Estado e a Federação das Indústrias de Minas Gerais, por meio do qual o BDMG disponibiliza linhas de crédito para empresas de todos os portes, a partir de postos avançados implantados nas regionais da FIEMG localizadas em importantes cidades-pólo mineiras.

O posto avançado SID é mais uma facilidade que o BDMG traz para os empresários do interior, buscando tornar mais acessíveis as informações sobre as várias soluções de financiamento oferecidas pelo banco e mais ágil o processo de solicitação e concessão de crédito às empresas.

Financiando um amplo espectro de clientes do setor privado, que vão desde o microempreendedor informal até a grande indústria, e também do setor público, como prefeituras municipais, o BDMG apóia uma extensa gama de atividades fundamentais para o desenvolvimento regional e setorial da economia.

As diversas soluções de financiamento oferecidas pelo banco são compostas por linhas de crédito adequadas ao projeto de cada cliente, com ênfase cada vez maior no estímulo ao aumento da competitividade das empresas. O BDMG opera também programas específicos para financiar investimentos de adequação da empresa às normas ambientais.

Os empresários interessados em obter mais informações sobre os produtos do BDMG podem consultar o site www.bdmg.mg.gov.br ou procurar o posto avançado SID na Regional da FIEMG mais próxima. Há três postos para atendimento dos municípios da bacia do rio Doce:



Informações mais próximas dos empresários

- **SID Ipatinga:** Joana Faria Toledo (Rua Cristóvão Colombo, 15 - Cidade Nobre - CEP -35162-343 - fone 31 3822-1414 jtoledo@fiemg.com.br).

- **SID Governador Valadares:** Haroldo Alves Coelho (Av. Brasil, 4000 - Centro - CEP 35030-070 - fone 33 3272 4850 hbarbosa@fiemg.com.br), No mesmo prédio da sede do CBH-Doce.

- **SID Zona da Mata :** Élcio de Assis Fonseca (Av. Garcia Rodrigues Paes 12.395 - B. Industrial - CEP 36.081-500 - Juiz de Fora, MG - fone 32 49 10 19 - elciofonseca@fiemg.com.br)

Comunidades quilombolas

Resgate da cidadania

A Fundação Nacional de Saúde (Funasa) iniciou, no dia 5 de janeiro de 2006, as obras de construção de melhorias sanitárias domiciliares (MSD) nas Comunidades Quilombolas do Divino Espírito Santo e São Jorge, localizadas no município de São Mateus (ES). O investimento é de R\$ 183 mil e beneficiará 420 pessoas. O prazo previsto para entrega das melhorias é de 90 dias.

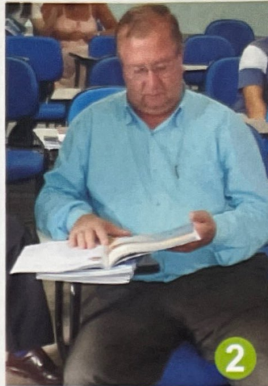
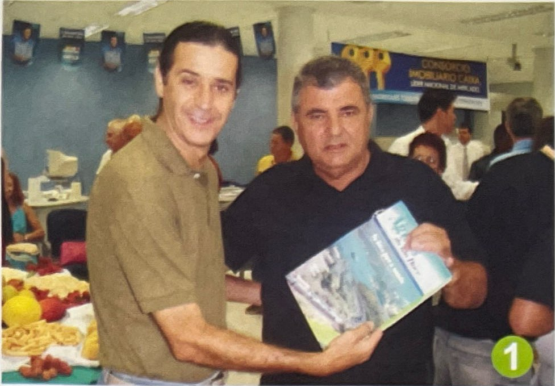
O objetivo é reduzir os índices de doenças e agravos, como a mortalidade infantil, provocados pela falta ou inadequação das condições de saneamento domiciliar nas comunidades. As melhorias sanitárias contarão com: banheiro com vaso sanitário, chuveiro e lavatório; tanque de lavar roupa, pia de cozinha; reservatório; caixa de gordura; caixa de inspeção; tanque séptico; sumidouro e filtro domiciliar.

Para Joel da Penha, um dos líderes da comunidade de Divino (ES), a obra resgata a cidadania dos moradores, pois não irão precisar mais ir à represa para tomar banho, melhorando assim a qualidade de vida das famílias quilombolas. A questão quilombola entrou na agenda das políticas públicas a partir da Constituição Federal de 1988. Mas, segundo Joel, “o nosso povo que há anos estava esquecido, agora começa a ver suas necessidades sendo atendidas pelo Governo Federal”.

De acordo com o coordenador regional da Funasa no Espírito Santo, Luiz Ciciliotti, o órgão está investindo mais em saneamento básico com o intuito de prevenir que as pessoas adoçam. “Investindo em saneamento nós conseguimos reduzir de 40% a 50% os casos de disenteria e outras parasitoses”, conclui.



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde
Coordenação Regional do Espírito Santo
Assessoria de Comunicação e Educação em Saúde



1 - Pedro Paulo entrega exemplar da REVISTA ÁGUAS DO RIO DOCE n°2 ao prefeito de Santa Teresa, Gilson Amaro

2 - Secretário de Desenvolvimento de Linhares, Edval Santana

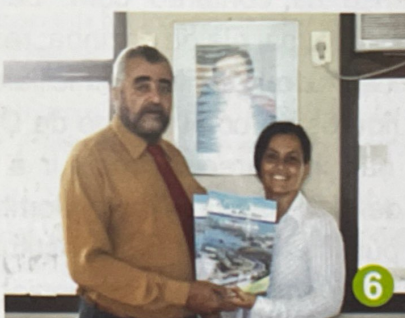


3 - Representantes da sociedade civil do baixo rio Doce conhecem a REVISTA ÁGUAS DO RIO DOCE

4 - Professor Edmilson, um dos coordenadores do Projeto Águas do Rio Doce, entrega em primeira mão a segunda edição da revista para o secretário de Meio Ambiente de Linhares, Enoque Nunes Moraes e para a representante da ONG Ganc - Grupo Ambientalista Natureza e Cia, Marilene Moraes

5 - Pedro Paulo e o vice-prefeito de Catas Altas da Noruega, Giovane Neiva

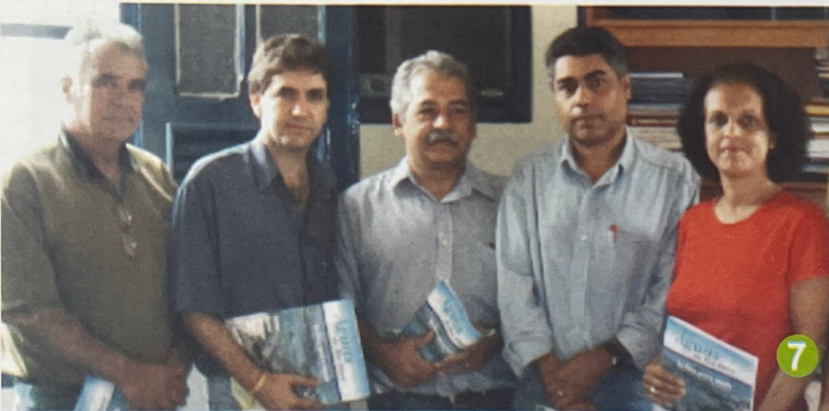
6 - Geraldo Assis, chefe de gabinete do IGAM, recebendo a REVISTA ÁGUAS DO RIO DOCE n°2



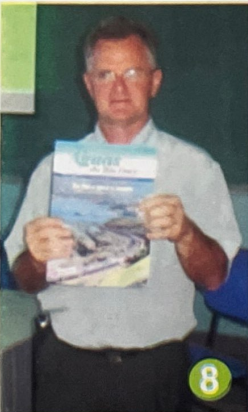
7 - Paulo Clemente (SAAE), Geovani Felipe (CBH Piranga), Vereador José Caetano, engenheiro Alberto (Despro) e Tânia Maria Duarte (diretora do SAAE), parceiros de Raul Soares recebendo a REVISTA ÁGUAS DO RIO DOCE

8 - Prefeito de Rio Bananal, Felismino Ardizzon, recebe a REVISTA ÁGUAS DO RIO DOCE e convida para conhecer o município

9 - Guerino Balestrassi, prefeito de Colatina, e presidente do CBH-Doce, Joema, segunda vice-presidente do CBH-Doce, Suzy, diretora de Meio Ambiente da Escelsa, Paulo Teodoro, diretor geral do IGAM e Vitor Feitosa, secretário executivo do CBH-Doce apresentam a logomarca do comitê



10 - Reunião preparatória do setor de saneamento, realizada em Vitória, dia 9 de fevereiro. Da esquerda para a direita: Edmilson (Projeto Águas do Rio Doce e ABRH/ES), Tânia (SAAE Raul Soares / MG), Marcos (FUNASA/ES), Lani (SANEAR/ES), André (FUNASA/ES), Gandy (DMAES Ponte Nova / MG), Marcos (SAAE Linhares/ES), Ingrid (IEMA/ES), Florence (IEMA), Lincoln (IEMA), Luiz Moulin (CESAN/ES), Teresinha (CESAN). Contamos ainda com a participação do Beto Pego (CIPE Rio Doce / ES)



EM FOCO

11 - Pedro Paulo entre representantes da UEMG e da SEMAD

12 - Daniel, do CBH Santa Maria do Rio Doce (ES) e Almir da Conceição, representante dos pescadores no CBH-Doce

13 - Joel Vieira, secretário de comunicação de Linhares e Valdir Martins dos Santos, do setor cacauieiro

14 - Edmilson, Paulo Teodoro, Pedro Paulo, Guerino Balestrassi e Maria da Glória Abaurre, promotores e coordenadores do II Fórum das Águas do Rio Doce

15 - Representantes da Bacia do Rio Piranga, na reunião do CBH-Doce em Belo Oriente

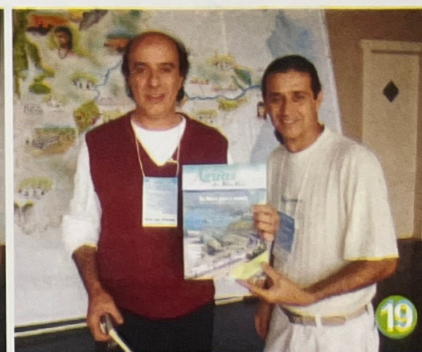
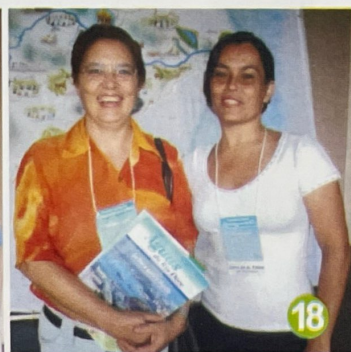
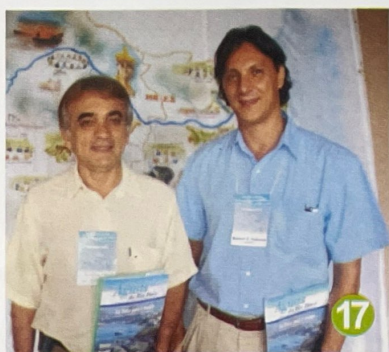
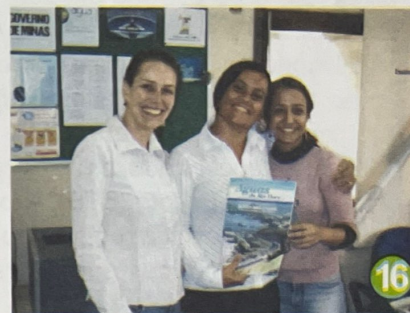
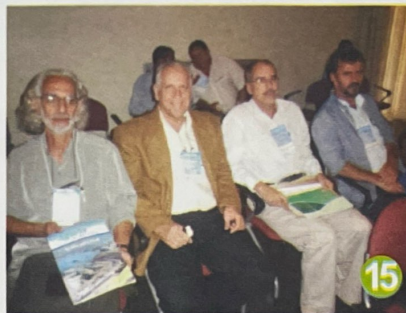
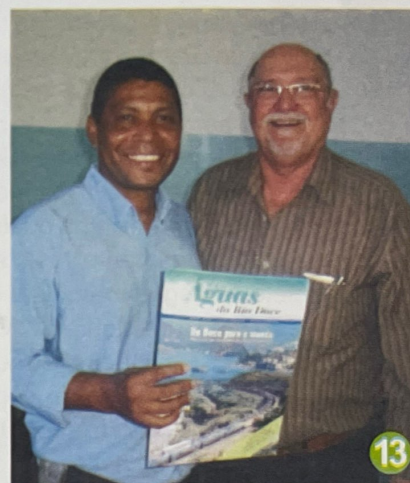
16 - Zaira Andrade, editora da REVISTA ÁGUAS DO RIO DOCE entre assessoras de comunicação do IGAM

17 - Antônio Carlos, diretor de Meio Ambiente da prefeitura de Ipatinga, e Márcio Pedrosa, superintendente da Copasa do Vale do Aço

18 - Waleska, representante da UNIVALE no CBH-Doce

19 - Rodrigo Flecha, superintendente da ANA, com Pedro Paulo

20 - Tonic, "prefeitinho das Lagoas"



Despoluição do Doce

Projeto aprovado para SAAE de Raul Soares

A cidade de Raul Soares está se preparando para a implantação da sua ETE (Estação de Tratamento de Esgoto) que irá representar a melhoria da qualidade da água de afluentes do rio Doce. A expectativa é enorme, uma vez que o projeto do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) já foi contemplado em primeira análise, para a contratação de crédito junto ao Ministério das Cidades, através do Programa Saneamento para Todos, financiado com verbas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Criado em maio de 2005, o programa Saneamento para Todos veio substituir os programas que vinham sendo operados até agora (Pró-Saneamento, Pró-Sanear, Pró-Comunidade e FCP/SAN). As operações do Programa Saneamento para Todos aos mutuários públicos estão subordinadas às normas gerais que regem as operações de FGTS.

O projeto do SAAE foi registrado no Programa de Habilitação para a contratação, que será realizada pelo Ministério das Cidades, por meio da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA). O termo de compromisso para regularização dos itens complementares, foi assinado pelo prefeito municipal, Vicente de Paula Barbosa e pela diretora do SAAE, Tânia Maria Duarte e enviado àquele ministério.

Raul Soares está inscrito na modalidade esgotamento sanitário que tem o objetivo de promover a melhoria das condições de saúde e da qualidade de vida da população raul-soarense, por meio de ações integradas e articuladas de saneamento básico no âmbito urbano com outras políticas setoriais.

O projeto de esgotamento sanitário para Raul Soares é uma parceria do SAAE com a Caixa Econômica Federal e a Prefeitura Municipal. O valor do investimento será de R\$3 milhões e 360 mil; desse valor a Caixa irá repassar R\$3 milhões de recursos do FGTS e os outros R\$360 mil serão contrapartida do SAAE. Inicialmente, o tratamento do esgoto irá beneficiar 14.034 habitantes, e capacidade final estimada para atender, até o ano de 2025, 19.749 habitantes.

O projeto prevê a instalação de interceptores de esgoto nos rio Matipó e Santana, margens direita e esquerda, e no córrego de Ubá. O projeto foi elaborado levando-se em consideração as características topográficas e ocupacionais da região, bem como a disposição das unidades existentes e aproveitadas, objetivando ainda a simplificação operacional e a minimização dos investimentos necessários.

Ao todo serão instalados 9.459 metros de rede interceptora que receberá todo o esgoto da cidade, que será concentrado em uma única Estação de Tratamento de Esgoto (ETE). A localização da ETE, ainda não foi definida, pois estão sendo analisadas as condições técnicas das diversas possibilidades em estudo.

De acordo com a diretora do SAAE, Tânia Duarte, esta obra, que é um projeto da autarquia municipal, virá proporcionar ao município um avanço na qualidade de vida da comunidade e garantir a preservação do meio-ambiente. "Com apoio do prefeito, o SAAE está desempenhando seu papel de promotor de saneamento ambiental em nossa cidade", conclui.



Tânia Maria Duarte, diretora do SAAE e o prefeito de Raul Soares, Vicente de Paula Barbosa assinaram o termo de compromisso.

Texto: Geovani Felipe Venades

**Neste verão, economize
água e esbanje alegria.**



**Poupe água.
Poupe a natureza.**



A CESAN leva água de qualidade para quase 2 milhões de pessoas nos 52 municípios onde atua, além de coletar e tratar o esgoto de muita gente. Mas para não faltar água agora e nem para as futuras gerações, evite o desperdício. Poupar água, você poupa a natureza.

Atendimento ao Cliente: 115



CESAN
Qualidade em saneamento
www.cesan.com.br

GOVERNO DO ESTADO
ESPIRITO SANTO
A HORA É ESSA

www.es.gov.br

Coluna do Zé Dendágua

zedendagua@aguasdoriadoce.com.br



Olá Pessoar!

Aeu aqui travêis!

Rapáiz, num é que eu fui oiá na minha fulinha de Mariana e já tá chegado a hora do grande encontro da bacia? É. Eu tô falano do 2º Fórum das Águas do Rio Doce, craro! Cêis num tem idéia do quê o tal cumpade Edmilson, a tal cumade Zaira, o moço do rabim, o Pedro Paulo, e aquela turma boa que trabáia com eles tão preparando pra esse ano.

Eu tive lá nos iscritórios deles e vi tudo. É muita coisa pra três dias, sô!

Além do montão de palestra, curso, oficina, exposição e aquela festança toda que teve em Valadares no ano passado, tem mais um tantão de novidade. Vai ter até "Feira das Escolas". É verdade! Vai ser um espaço para a mininada de Colatina e da vizinhança mostrar que entende de

meio ambiente. Imagina que coisa danada de bunita. Essa nova geração vai fazer a diferença daqui a um tempo...

Ah, eu vi tamém o apoio dos cumpade Guerino, Teodoro e da cumade Glorinha pro evento (ih, depois vão dizer que minha língua não cabe dentro da boca). Cêis lembram daquele negócio de "noite mineira" e "noite capixaba"? Diz que esse ano vai sê mió ainda (mas eu num posso contá). Já pensô? Uma maravia...

Eu vi dizê que eles vão trazer palestrante (aqueles homens inteligentes que fica lá na frente falando pra nós) intê de outro país. Eu só quero saber como é que nós vamo entender a língua deles. Diz que eles falam tudo embolado!

Agora, tem uma história que eles me falaram que eu nem sei se acredito. Diz

que tudo que tiver acontecendo em Colatina vai passar no resto do Espírito Santo e até em Minas Gerais na mesma hora. E o sujeito que tiver lá em Vila Velha vai poder conversá com os palestrantes, fazê pergunta e tudo. Uma tar de vídeo conferência que o Fórum arrumou com a universidade, a UFES. Pra mim esse povo tá ficano doido... Eles falaram que é um tar de ensino à distância. O moço que cuida desse negócio chama Og. Cêis acham que eu devo acreditar?

As novidades num acabaram, não! Até ieu vou tê um cantinho lá na Feira das Águas. O pessoar me convidô para ficá lá durante os três dias pra prosiar com as crianças (mas cêis num conta pra ninguém praquê isto é surpresa pra mininada...)

Ó! Não quero nem saber, já intê pedi a cumade Maria do Brejo pra custurá um par de roupa nova pra eu. Mandei engraxá minha butina e acho intê que vou comprá um chapeli novo, do tipo do cumpade Sebastião Quintão, prefeito de Ipatinga.

O sô moço, mais se ocê ta pensando em ir pra Colatina que nem eu, é mió se prepará pro calor. Diz que Colatina tá na lista das cidades mais quentes do Brasil. Já imaginô o que é isso? Eu intê disse que é bom eles colocá aquele tar de ar condicionado no salão de palestra e nas sala de aula, pois senão, ninguém vai agüentá. Quem é das parte de baixo do Doce já tá acostumado... Mas, quem é lá das banda de cima, pros lado de Piranga, de Conceição do Mato Dentro, ou pras quebrada de Irupi vai passá um aperto danado...

Acá, eu já não vejo a hora de ir pra Colatina, o encontro vai ficá bom demais. O calor a gente manda simbora com um baita dum copo d'água bem geladinho (pode ser mineral ou tratada). Tanto faiz. O importante é que sejam Águas do Rio Doce!

Intê, pessoar!

Zé Dendágua é um sujeito nascido e bem criado nas grotas da bacia do rio Doce. Filho de gente do campo, conhece todo mundo (é cheio de compadres e comadres). Apaixonado pela sua terra, suas águas e sua gente, gosta de um bom dedo de prosa e não tem papas na língua.

Opinião do Zé Dendáqua



Candidatura I - Acá! Ocês lembram que um ano o Fórum das Águas do Rio Doce é no Espírito Santo, outro ano em Minas? Itão...

Fiquei sabeno que a disputa pra escolê a cidade adonde vai acontecê o 3º Fórum, em 2007, tá pegano fogo. Imagina! Já tem quatro cidades no páreo, querendo o evento. E olha que elas todas tem uns padrinho danado de bão. Cada uma tem um padrinho mió que o da outra. Tão dizendo que o resultado vai sair durante o 2º Fórum, em Colatina. Tô doido pra vê o quê qui vai dá.

A briga vai ser de cumpade acostumado na disputa.

Candidatura II - Pelo que eu apurei, das cidades que estão disputano, três são na bacia do rio Piracicaba. Na parte baixa, onde o Piracicaba encontra o Doce é a cidade de Ipatinga, terra do nosso novo amigo, o Antônio Carlos, lá do meio ambiente. No médio Piracicaba a candidata é Itabira, lugar de gente importante que tem dois presidentes de comitê (o Hamilton Lage e o Roberto Chaves). Lá em cimão, tem Mariana, nas cabeceiras. O prefeito é presidente da Associação Mineira de Municípios. Tá doida pra levá pra lá o nosso encontro.

Eu nem sei pra quem eu torço, já que é muito fácil gostá de todas as três cidades...

Candidatura III - Vi dizê também, que tá correno por fora a cidade de Caratinga. Eles vão chegando de vagarinho, mas, num sei não! Lá também eles têm uns padrinhos bem fortes, Terra do Zivaldo. Ocês num acha que essa disputa vai sê danada de boa?

BH I - Ocês precisava ver nós lá em BH, na capitar. Nós fumo visitá o cumpade Paulo Maciel e conhecer o seu iscritório novo, além de prosiá muito e até tomá cerveja no buteco da esquina. O cumpade Maciel, home letrado, bão de serviço, lembrou tanta coisa boa que já aconteceu no Doce... lembrou dos franceses, da cumade Alice Castilho, do cumpade Marco Antônio. E também apresentou gente nova, chegando para ajudar a melhorar essa bacia... Foi muito boa a nossa visita. Obrigado, cumpade Paulo.

BH II - No outro dia de manhã cedo, a convite do cumpade Teodoro, foi a vez de eu e a Maria da Mata conhecê de perto cumé que funciona o tar do Igam. Óia, quem nos companhô pra mostrá tudo foi o cumpadi Geraldo Assis moço simpático, funcionário antigo, conhece tudo o moço. Gente, eu nunca imaginava que tinha tanta coisa e tanta gente trabaiano com as águas em Minas Gerais.

Tem uma sala grandona onde tá iscrito na porta um nome difícil que parece de jogador de futebol (eu acho que é "ortoga"). Tem uma otra que é só pra avisá quando tá pra chovê, ou se vai dar tempestade. Lá, o nome parece de máquina de custurá (acho que é "simge"). O cumpade Paulo Teodoro teve uma paciência danada com nós, mas que foi bão, foi bão!

Nós cá ficamo sabeno de muita coisa que acontece na capitar das Minas Gerais.

GRANDE VITÓRIA I - Acá, nós tamu muito é importante. Ocês num vão acreditá, mas a cumade Glorinha tamém convidou nós pra conhecê o lema, que fica lá na grande Vitória, capital do

Espírito Santo. Nós fumo de trem e apiamo na estação Pedro Nolasco. Andamo um tiquinho de nada e já tava no lema. Um lugar bunito, que só vendo, no meio das árvores. Lá nós visitamo a cumade Ana, na sala do tar de Conselho de Recursos Hídricos e mais um monte de outras salas chique, cheia de computador e de gente inteligente trabaiano.

GRANDE VITÓRIA II - Óia. Eu tava isqueceno de contar praquê que nós fumo lá no lema!

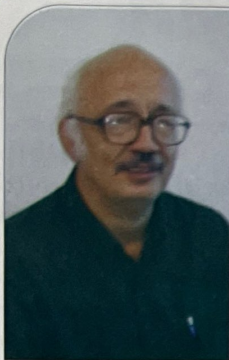
A razão do convite foi pra nós participá de uma ronião pra os preparatório do 2º Fórum. Aquela moça, Glorinha, é muito simpática. Num tem metidez nenhuma (e óia que se ela riscasse podia: é bunitona e intende do riscado) O cumpade Teodoro saiu lá de Belzonte só pra ir na tar ronião. Tinha mais um montão de gente importante. Só ieu lá de Zédendáqua...

Eu até ouvi dizer que o Teodoro tá pensano em pedi pro Governadô do Espirito Santo, o sô Paulo (xará dele) pra dexá a Glorinha trabaia em Minas ao lado do cumpade José Carlos de Carvalho (que já foi inté ministro!).

Será que vai dar certo? Ia sê uma dupla do baruiu.

ESCADA PRA PEIXE - Triste é ocê sabê que até hoje inda morre peixe tentando passá pelas barrage construída pelas hidrelétrica. Eu só quero vê agora é cumé qui vai ficá o caso das hidrelétrica abaixo da de Aimorés. Que qui adianta uma construir a escada e a outra não?





Antônio Sérgio*

Conselhos e Comitês:

A importância de participar

A participação ativa de Instituições de Ensino e Pesquisa (IEPs) em conselhos e comitês pode resultar em grandes benefícios tanto para a gestão de bacias como para a melhoria da atuação das mesmas nas tarefas de formação de recursos humanos e desenvolvimento científico e tecnológico. A vasta gama de conhecimentos existente nas instituições pode ser muito útil para subsídio às tomadas de decisões por parte destes colegiados, não apenas em aspectos tecnológicos como, também, sociais e econômicos.

As universidades, por exemplo, dispõem em seus quadros de profissionais altamente qualificados na área específica de recursos hídricos e nas diversas áreas de ciências humanas e sociais, que podem contribuir para avanços na gestão descentralizada e participativa da água. Por outro lado o acompanhamento, por parte das IEPs, dos comitês e conselhos, principalmente através da ocupação de cadeiras destes colegiados, pode ser enriquecedor na definição de linhas de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico voltados para a solução de problemas reais existentes nas bacias hidrográficas.

Além disso, representantes de IEPs podem contribuir para o enriquecimento dos debates em reuniões e em câmaras técnicas. O conhecimento prático adquirido por estes representantes em conselhos e comitês pode ser também útil na definição de cursos, estruturas curriculares e estratégias de ensino voltados para a formação de profissionais mais qualificados para atuação na solução de problemas existentes nas bacias. Pelo fato das políticas federal, estaduais e do DF terem sido instituídas recentemente, há menos de uma década, as atuações de comitês e conselhos podem ser consideradas ainda muito novas, estando tais colegiados em estágio de aprendizado e

de definição de rumos. O conhecimento técnico e científico voltado para a gestão de recursos hídricos é fundamental para tomadas de decisões adequadas por parte dos colegiados.

A eficiência na definição e na aplicação de diversos instrumentos de gestão, incluindo os planos de bacia, outorga e cobrança depende do desenvolvimento de ferramentas técnico-científicas. O aproveitamento da experiência de IEPs brasileiras no desenvolvimento destas ferramentas poderá permitir uma maior rapidez no avanço dos comitês e conselhos no sentido de tomadas de decisões mais adequadas e eficientes. Neste sentido, a manutenção e o fortalecimento do fundo CTHIDRO, com importante atuação no financiamento de pesquisa e desenvolvimento tecnológico são fundamentais.

O Grupo de Estudos e Ações em Recursos Hídricos da Universidade Federal do Espírito Santo tem respondido aos editais de chamada de propostas relativos ao CTHIDRO, tendo sido contemplado com financiamento, competindo em nível nacional, em diversas ocasiões. Os financiamentos obtidos têm permitido o desenvolvimento de diversas ferramentas e de diagnósticos de grande utilidade para a gestão da bacia do rio Doce.

A participação atuante de instituições de ensino e pesquisa na recém-criada Rede Científico-Tecnológica em Suporte à Gestão das Águas na Bacia Hidrográfica do Rio Doce será de grande valia para a gestão dos recursos hídricos e para a melhoria do desempenho destas na formação de recursos humanos e no desenvolvimento científico-tecnológico voltado para a realidade regional.

* Antonio Sérgio Ferreira Mendonça é engenheiro, Ph.D. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental da UFES



Espaço das águas



Congratulações

"Gostaria de primeiramente parabenizar a todos os colaboradores que têm trabalhado para o sucesso não só da REVISTA ÁGUAS DO RIO DOCE, mas também dos eventos até então promovidos. Destaco principalmente o empenho de todos na mobilização e nas deliberações do Comitê Rio Caratinga."

Marçal João Guilherme
Coordenador
Projeto Estruturador Empresa Mineira Competitiva
Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. BDMG

"Parabéns pelo belíssimo trabalho que vem sendo realizado através da REVISTA ÁGUAS DO RIO DOCE, realmente uma dádiva pelo nosso rio Doce."
Henrique Lobo

Padre Paulo

A REVISTA ÁGUAS DO RIO DOCE parabeniza ao ambientalista e agora bispo, nosso parceiro padre Paulo, que vai deixar a bacia do Doce para exercer seu episcopado na diocese de São José do Rio Preto SP. Apesar da falta que fará para nossa região, temos certeza de que terá sucesso por lá.

Correção 1

A REVISTA ÁGUAS DO RIO DOCE oficializa um pedido de desculpas pelo grave erro cometido na segunda edição da revista, onde o nome do prezado amigo e parceiro do Projeto Águas do Rio Doce, José Carlos Elias, prefeito de Linhares, foi grafado de maneira incorreta.

Correção 2

"Em primeiro lugar queremos cumprimentá-los, como também toda a equipe de apoio de vocês, pelo nível de excelência que

alcançaram os dois primeiros números da REVISTA ÁGUAS DO RIO DOCE. É preciso, no entanto, fazer algumas observações (contribuições), na matéria sobre este SAAE, veiculada na última edição. A reportagem deixa a entender que nosso município está totalmente inserido na bacia do rio Santo Antônio, quando na verdade, estamos localizados em duas sub-bacias estaduais, sendo 40% na do rio Piracicaba (DO2) e 60% na do Santo Antônio (DO3). Quanto à distribuição da população, cerca de 90% localiza-se no Piracicaba (95% dos que habitam na sede urbana). Ainda contribuindo quanto a outra informação equivocada, cabe esclarecer que a extensão das redes de distribuição de água é de 320 km e não 320 mil quilômetros, conforme saiu escrito."

Dartison da Piedade Fonseca
Engenheiro
Ilacir Ferreira da Silva
Diretor Presidente
Serviço Autônomo de Água e Esgoto
SAAE Itabira Minas Gerais

Ubá no Doce?

Vários leitores, dentre eles o nosso articulista Cláudio Guerra, fizeram essa pergunta. De fato a cidade de Ubá fica na bacia do Paraíba do Sul, mas o município é divisor de águas, boa parte pertence à bacia do rio Doce.

Assinatura

"Agradecemos o envio de publicação "REVISTA ÁGUAS DO RIO DOCE, Ano I, N.2, Nov/Dez/2005." e comunicamos que é de nosso interesse manter o recebimento de publicações editadas por essa Instituição."
Luzia Avelar
Coordenadora de Bibliotecas
Universidade Estadual de Minas Gerais



UEMG

Agradecimentos

A REVISTA ÁGUAS DO RIO DOCE agradece à grande amiga, parceira de longa data e nativa da bacia do Doce, Maria do Carmo Zinato, por publicar no site <http://brasil.rirh.net> material sobre nossa primeira edição. Ela que foi uma das precursoras na difusão da importância da água via internet, hoje é responsável por este site da Rede Interamericana de Recursos Hídricos e em breve estará com um artigo nas páginas da nossa revista.

Agradecemos também a publicação de matéria elogiosa de uma página sobre nossa revista, na edição de janeiro da revista Super Cabo TV Caratinga.

Os nossos agradecimentos vão com muito carinho para nossa amiga Ana Pastorello, secretária executiva do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Espírito Santo. Ela pessoalmente se encarregou de encaminhar, junto com o calendário preliminar de reuniões do CERH/ES para 2006, um exemplar da REVISTA ÁGUAS DO RIO DOCE, ed. nº 2, a todos os conselheiros. Da mesma forma, os parceiros do Sanear, através do Diretor Administrativo Cleuber Melotti, encaminharam exemplares da

revista para toda a sociedade organizada de Colatina, a exemplo das associações comunitárias e associações de bairro. Nossa publicação alcança, cada dia, mais e mais espaço na bacia.

Obrigada, Ana. Obrigado, Cleuber. Obrigado a todos os que ajudam a divulgar e distribuir esse veículo de comunicação da bacia do rio Doce.

Sugestão

"Lembrem-se de uma importante nascente do rio Doce que brota na serra do Matipozinho, corre todo o córrego do Matipozinho, passa por Ponte Coberta e pelo córrego da Raiz: é o Rio Matipó (a serra do Matipozinho está localizada no município de Sericita, MG, com 1830 metros de altitude).

Ainda não encontrei nenhum site que fale da existência desse curso d'água que faz parte da bacia do rio Doce."

Geraldo Ângelo

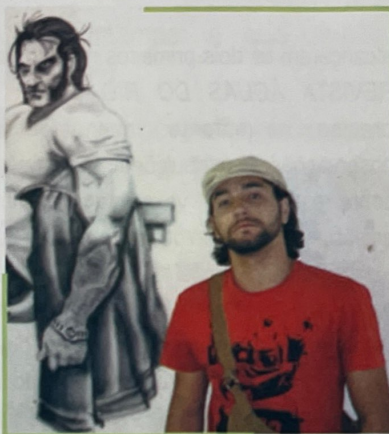
Convites

O Museu e Arquivo Histórico de Catas Altas da Noruega, MG, realizou entre os dias 21 de janeiro e 12 de fevereiro a exposição "Álbum de Casamento". Agradecemos o convite.

Recebemos o convite para a solenidade de criação do Comitê HERITY-Brasil, que acontecerá no campus da Universidade do

Vale do Rio Doce (UNIVALE), em Governador Valadares, MG. A iniciativa tem o apoio de instituições federais, estaduais e internacionais e visa a certificação de qualidade da gestão do patrimônio cultural e do turismo. Mais informações no link:

http://www.univale.br/carta_herity.swf



Gente Nossa

Nesta edição homenageamos nosso colega Marko Santana. O jovem artista é responsável pelas pinturas que ilustram os trabalhos do Projeto Águas do Rio Doce, desde a revista até as oficinas educativas. Mais conhecido como Markinho, esse mineiro tem pouco mais de vinte anos mas, já demonstra grande talento com as tintas e os pincéis. A inspiração vem do pai, Marcos Daniel Santana, já falecido, que o iniciou

com pouco mais de 5 anos de idade nas artes plásticas. Embora trabalhe temas diversificados, Markinho dá um show quando o assunto é meio ambiente e especialmente água. Estaremos junto em Colatina, março de 2006.

A fênix das águas

Itueta,
Querem te fazer desaparecer,
Mas, tu não te entregarás.
Vão submergir tuas casas,
Alagar teus campos,
Mas, tu não te entregarás.
Vão vendiar teus olhos,
Apodrecer tuas raízes,
Mas, tu não te entregarás.
Vão trincar teus alicerces,
Envenenar tuas veias,
Mas, tu não te entregarás.

Teus filhos são fortes,
Valentes, guerreiros,
Teu passado, não vão inundar!
Teus filhos, atentos,
Sedentos, famintos de ti,
Tua glória irão exaltar!
Irão erguer teu futuro,
Do teu passado se orgulhar!

Itueta, querida,
Tu serás a fênix das águas.

Homenagem do poeta Romildo Vello Cremasco Tavares à cidade de Itueta

Logomarca do CBH-Doce

O vencedor do concurso nacional para escolha da logomarca do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (CBH-Doce) é de Mato Grosso. Ele é diretor de arte da Secretaria de Comunicação (SECOM) do governo daquele estado. Tem sete anos de profissão e concorreu com mais 200 artistas do país, vencendo com 60% dos votos e levando o prêmio de 5 mil reais. Ele nos escreveu contando como criou a marca vencedora.

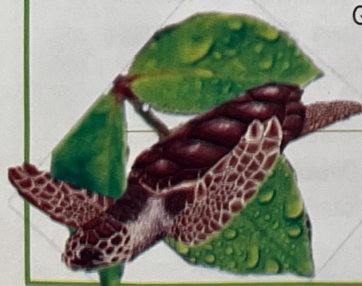
"Através da Internet fiquei sabendo e logo me interessei em participar do concurso para a escolha da logomarca. Fiquei uma semana pensando, pesquisando a bacia e tentando criar a marca.

Entre uns rabiscos e outros no papel veio a idéia de caracterizar a região com as cores verde e azul, representando a riqueza dos rios e da mata em seguida de um pássaro branco formando o horizonte, dando a idéia de continuação, movimento e vida.

Ganhar este concurso representou muito mais que o prêmio pra mim, foi uma conquista muito importante na minha área de trabalho."

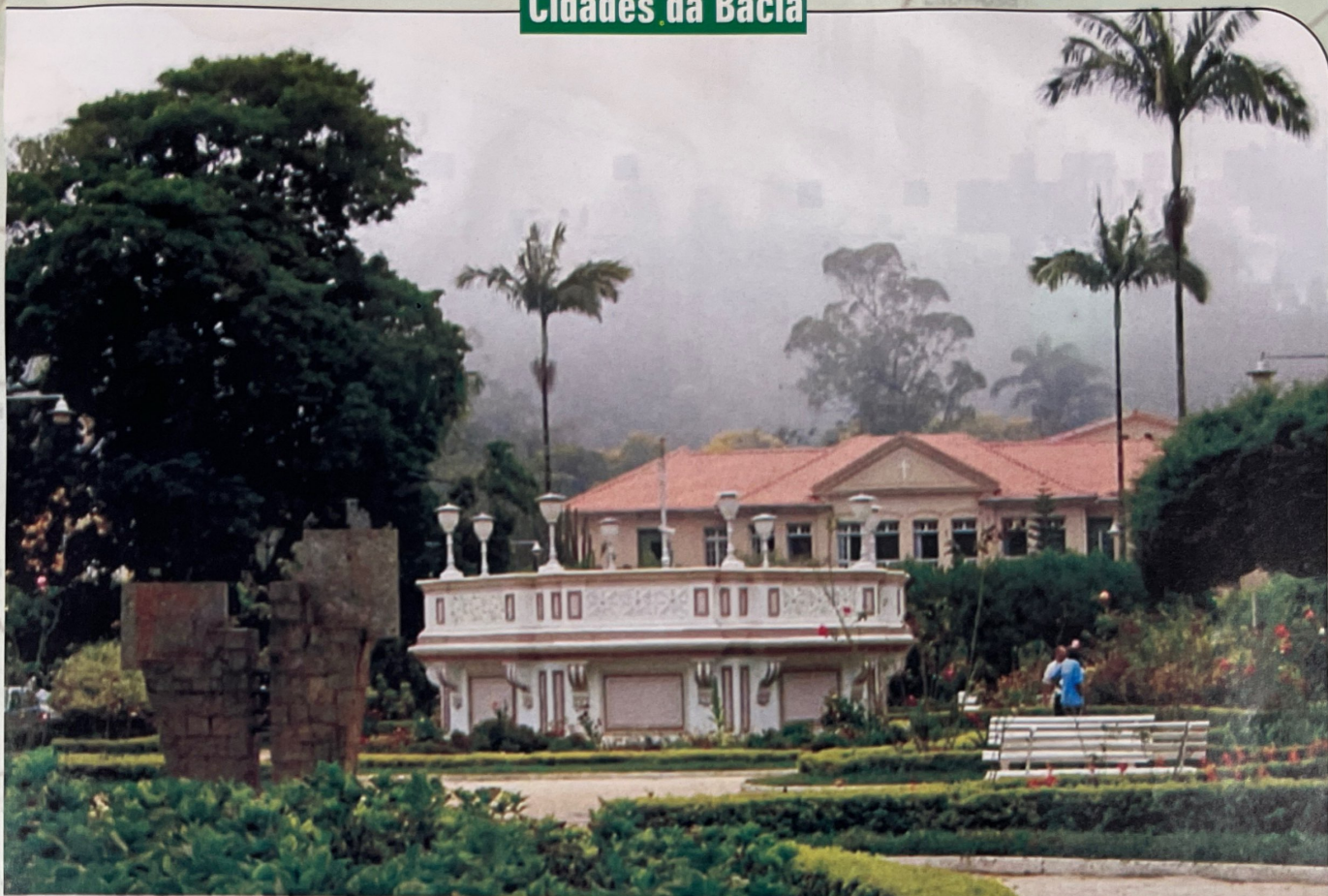


Edson Fábio Barros Dias



Espaço das águas

Cartas para redacao@aguasdoriodoce.com.br
ou Caixa Postal 13 - CEP: 35148-000
Dom Cavati - Minas Gerais



Fotos / J. A. Ferrari

SANTA TERESA

Doce terra dos colibris

Conhecida como a “Doce terra dos Colibris” ou “Beija-Flor do Espírito Santo”, Santa Teresa é cercada pelas montanhas da região serrana do Estado.

Localizada a 78km da capital, Vitória, a cidade tem cerca de 40% de seu

território composto de Mata Atlântica, onde pode ser encontrada uma das mais exuberantes biodiversidades do mundo.

Com mais de 20 mil habitantes, a população é composta, em sua maioria, por descendentes italianos, com uma presença marcante também de alemães, austríacos, suíços e poloneses.

Em Santa Teresa nasceu e viveu o cientista Augusto Ruschi, realizando ali pesquisas pioneiras com beija-flores, o que projetou o município internacionalmente.

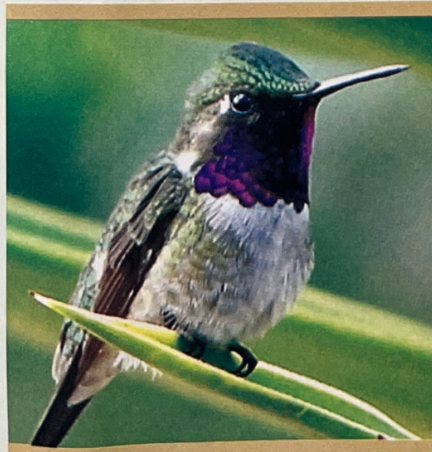
Uma das unidades de conservação do município, a Reserva Biológica Augusto Ruschi, tem entre seus objetivos o fomento à pesquisa e a proteção das bacias dos rios Doce, Piraquê-açu e Reis Magos.

Histórias da natureza

Bem no centro de Santa Teresa fica o Museu de Biologia Professor Mello Leitão. Fundado em 1949 pelo naturalista Augusto Ruschi, o museu projetou-se internacionalmente por suas pesquisas desenvolvidas na área de história natural - particularmente sobre orquídeas, morcegos e beija-flores - e por seu engajamento na defesa da natureza. O nome foi dado por Augusto Ruschi para homenagear seu professor e amigo, com quem trabalhou no Rio de Janeiro.

Possui um amplo acervo composto por materiais biológicos, bibliográficos e históricos, oriundos de coletas, aquisições e doações. Sua coleção biológica possui 37.400 exemplares, sendo 1.400 plantas e animais vivos. A biblioteca exhibe 2.500 obras, com 830 títulos de periódicos sobre zoologia, botânica e ecologia. O museu edita um boletim semestral destinado a publicações biológicas, distribuído para 73 países.

O museu é aberto ao público de terça a domingo, de 8 às 17 horas.



Fabulosa fonte da vida

“ Santa Teresa, primeira vila italiana do Brasil, possui características que a coloca numa posição de Santuário Ecológico.

É berço do naturalista Augusto Ruschi que, percebendo a degradação da natureza pela mão do homem, lutou pela preservação de áreas estratégicas da Mata Atlântica, para o equilíbrio do ecossistema.

Hoje o município possui importantes reservas biológicas, São Lourenço, Santa Lúcia e Lombardia (Augusto Ruschi), que, juntas, somam cinco mil hectares protegidos por Unidade de Conservação.

O santuário ecológico guarda em seu solo lençóis freáticos que contribuem para o abastecimento de água em várias regiões do Estado, formando nascentes que são afluentes de importantes rios.

Como filho desta terra, hoje prefeito de tão precioso município, tomo como compromisso manter vivos os ideais de Augusto Ruschi e de todos que contribuíram e contribuem para preservação dos recursos naturais, sem medir esforços para que possamos deixar tal legado às futuras gerações, que se orgulharão de serem teresenses, como hoje, tanto nos orgulhamos. ”



Gilson Antônio de Sales Amaro
Prefeito Municipal de Santa Teresa



Preservação da história

A devoção de uma moradora a Santa Teresa de Ávila originou o nome do lugar, cujos primeiros habitantes, em 1875, eram imigrantes italianos. A partir daquele ano as correntes migratórias continuaram. Em 1877 chegaram alemães, suíços e poloneses, compondo o mosaico cultural de Santa Teresa.

A vila cresceu rapidamente amparada em uma economia essencialmente agrícola, voltada para a produção de café, uvas e bicho da seda. Em 1891 se tornou município. Em 1895 foram criadas a comarca e a paróquia.

A cidade tem orgulho do seu passado e

da sua história, preservando edificações e patrimônios, como a casa de Virgílio Lambert, primeira habitação do município, e mantida em sua construção original de estuque (também conhecido como pau-a-pique ou taipa).

A Casa Augusto Ruschi dedica-se à difusão da vida, obras e ideais do naturalista, edição de seus livros, reprodução de ilustrações, assessoria científica, educação ambiental e administração de direitos autorais. É aberta à visitação pública de segunda a domingo.

A cidade tem orgulho do seu passado e da sua história





**A transparência
do nosso
trabalho faz a
diferença na vida
dos valadarenses.**



Mais de 67 mil pessoas beneficiadas com a construção das adutoras do Altinópolis e do Vera Cruz, um investimento de mais de 13 milhões de reais. Além disso, já começou no início deste ano a recuperação e reforma de todos os outros reservatórios e casas de bombas da cidade.

Você já sente a diferença nas ruas com o programa "Asfalto e Calçamento onde Falta", em parceria com a Secretaria Municipal de Obras, que vai deixar a cidade toda pavimentada até 2008. Ainda neste ano iremos dar início a construção de duas ETE's - Estação de Tratamento de Esgoto.

É assim que trabalhamos com ética e transparência. Passo a passo, a gente chega lá.



**SOLUÇÕES
PARA
UM NOVO
TEMPO**

SAMARCO EM EXPANSÃO

A EMPRESA CRESCE. A RESPONSABILIDADE CRESCE JUNTO.

Respeito ao meio ambiente sempre foi um valor na atuação da Samarco. Nas obras do Projeto Terceira Pelotização, a empresa vai aplicar mais de R\$150 milhões em equipamentos, programas de preservação, gestão e controle dos impactos ambientais, desde as montanhas de Minas até o mar, no Espírito Santo. Assim, cuida do patrimônio natural, cultiva relacionamentos e contribui para que a comunidade cresça e prospere junto.

empregos
estimados durante
as obras em MG

2.000

investimento
ambiental

R\$150 milhões

municípios
beneficiados pelos
investimentos

25

ampliação da
produção

54%

SAMARCO

www.samarco.com